

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**RELAÇÕES JAPÃO - ASEAN: A DOCTRINA FUKUDA E A
COOPERAÇÃO PARA A PAZ REGIONAL**

ANA MARIA GENEROSO DA SILVA

**JOÃO PESSOA - PB
2020**

ANA MARIA GENEROSO DA SILVA

**RELAÇÕES JAPÃO - ASEAN: A DOUTRINA FUKUDA E A COOPERAÇÃO PARA
A PAZ REGIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para conclusão do Curso
de Graduação em Relações Internacionais da
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Marcos Alan Shaikhzadeh V.
Ferreira

JOÃO PESSOA - PB
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586r Silva, Ana Maria G da.

Relações Japão - ASEAN: a Doutrina Fukuda e a
cooperação para a paz regional / Ana Maria G da Silva.
- João Pessoa, 2020.
50 f.

Orientação: Marcos Alan S V Ferreira.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. ASEAN. 2. Japão. 3. cooperação regional. 4.
pacificação. I. S V Ferreira, Marcos Alan. II. Título.

UFPB/CCSA

ANA MARIA GENEROSO DA SILVA

**RELAÇÕES JAPÃO – ASEAN: A DOCTRINA FUKUDA E A COOPERAÇÃO PARA
A PAZ REGIONAL**

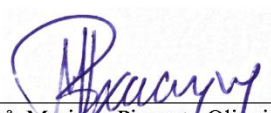
Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

João Pessoa, 30 de julho de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus familiares, que, apesar dos mais de 3.000 km de distância, sempre mantiveram contato comigo durante meus anos universitários. Agradeço aos servidores do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba por suas contribuições em minha jornada acadêmica. Em especial, agradeço ao meu professor orientador, Marcos Alan Shaikhzadeh V. Ferreira, por seus ensinamentos, por sua disposição e por sua paciência para me ajudar na realização deste trabalho. Agradeço também aos colegas que conheci durante a Graduação por sua boa companhia e por sua cooperação em trabalhos conjuntos. Por fim, agradeço à cidade de João Pessoa por seu acolhimento durante minha estadia.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

O trabalho irá apresentar uma breve análise do processo de pacificação (*peacemaking*) da região do sudeste asiático e as contribuições dadas pelo Japão nesse processo, em especial após a anúncio da Doutrina Fukuda em 1977, que foi um marco da reforma da política externa japonesa em relação ao sudeste asiático. O trabalho traz um panorama histórico do Império do Japão, com ênfase nas colônias do sudeste asiático, e da fundação da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Também serão explicadas as relações entre o Japão e a Associação, antes e após o advento da Doutrina Fukuda, e suas atividades conjuntas para a promoção da paz e da segurança regional. Por fim, a conclusão traz uma avaliação dos resultados dessas atividades e da eficiência da Doutrina Fukuda.

Palavras-chave: ASEAN. Cooperação regional. Doutrina Fukuda. Japão. Pacificação. Segurança. Sudeste asiático.

ABSTRACT

This paper will present a brief analysis of the peacemaking process in the Southeast Asian region and the contributions made by Japan in that process, especially after the announcement of the Fukuda Doctrine in 1977, which was a milestone in the reform of Japanese foreign policy in Southeast Asia. This paper provides a historical overview of the Empire of Japan, emphasizing its colonies in Southeast Asia, and the foundation of the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN). The relations between Japan and the Association, before and after the advent of the Fukuda Doctrine, and their joint activities for the promotion of regional peace and security will also be explained. Finally, the conclusion brings an evaluation of the results of these activities and the effectiveness of the Fukuda Doctrine.

Keywords: ASEAN. Regional cooperation. Fukuda Doctrine. Japan. Peacemaking. Security affairs. Southeast Asia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 - ANTECEDENTES HISTÓRICOS (1868 - 1947)	8
A RESTAURAÇÃO MEIJI (1868)	8
O PERÍODO MEIJI (1868 -1912)	8
O SUDESTE ASIÁTICO	9
FUKOKU KYŌHEI, HOKUSHIN-RON E NANSHIN-RON	10
PERÍODO TAISHŌ (1912-1926)	12
SHŌWA (1926-1989)	13
PRÉ-1945.....	13
PÓS-1945.....	16
INDEPENDÊNCIAS DO SUDESTE ASIÁTICO.....	17
2 - ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO (ASEAN)	21
UM NOVO BLOCO	21
CARACTERÍSTICAS GERAIS	22
ASEAN E A PAZ REGIONAL.....	24
3 - ASEAN E JAPÃO	28
PRIMEIRAS INTERAÇÕES.....	28
DOUTRINA FUKUDA	31
4 - ASEAN, JAPÃO E A PAZ REGIONAL	34
DOUTRINA FUKUDA NA PRÁTICA.....	34
A PAZ DE CAMBOJA	34
PÓS-GUERRA FRIA.....	37
O CASO DE MINDANAO.....	39
O COMBATE À PIRATARIA NA ÁSIA	40
CONCLUSÕES	43
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

Em 14 de novembro de 2018, a vigésima primeira reunião de cúpula ASEAN-Japão (ASEAN-Japan Summit), realizada em Singapura, celebrou os 45 anos da Amizade e Cooperação ASEAN-Japão (ASEAN-Japan Friendship and Cooperation). Atualmente, reuniões entre o bloco e o país são bastante habituais, mas por trás delas há um longo caminho permeado por antagonismos históricos, com ápice no recente período colonial.

O Império do Japão se expandiu para o sul através da anexação de quase todas as nações do sudeste asiático (exceto Tailândia) nos anos 1930 e foi desmantelado em 1947, após a Segunda Guerra Mundial e a rendição japonesa. Durante as décadas seguintes, o Japão realizou esforços para se reconstruir, reformular sua política externa e restabelecer laços políticos e econômicos com suas ex-colônias, agora países independentes.

No auge da Guerra Fria, em 1967, é fundada a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), com objetivos de formar uma resistência contra o avanço do comunismo e promover a paz, a cooperação e o desenvolvimento na região. O Japão iniciou suas interações com a ASEAN pouco tempo após sua fundação. Porém, nos anos 1970, a rápida ascensão econômica do Japão e sua crescente influência na Ásia e no resto do mundo desencadearam manifestações anti-japonesas ao redor do sudeste asiático em 1974, durante a visita do então primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka aos países da região. Havia um temor de que o Japão estaria ambicionando um novo expansionismo nos antigos moldes coloniais. Esse episódio evidenciou a necessidade do Japão de renovar sua política externa regional com mais empenho.

Em 18 de agosto de 1977, durante uma visita em Manila, nas Filipinas, o primeiro-ministro japonês Takeo Fukuda deu um discurso para apresentar os novos princípios que iriam guiar a política externa japonesa em relação ao sudeste asiático: o engajamento do Japão na construção da paz no sudeste asiático, a consolidação de relações igualitárias de confiança mútua entre o Japão e a ASEAN e a promoção do desenvolvimento da região. Esses princípios ficaram conhecidos como a Doutrina Fukuda.

Os diálogos entre o Japão e a ASEAN foram formalizados em 1977, com o primeiro Fórum ASEAN-Japão (ASEAN-Japan Forum). Porém, apesar dessa parceria ser frequentemente associada à esfera econômica e ao desenvolvimento tecnológico, também existem vários feitos no campo do peacemaking (pacificação) a nível regional, que ajudaram a consolidar a estabilidade no sudeste asiático no período pós-Guerra Fria, permitindo que os países dessem maior atenção ao seu desenvolvimento e aumentando a relevância internacional da ASEAN.

Com o passar do tempo, o Japão gradualmente estabeleceu um papel mais proativo nas questões de segurança do sudeste asiático: diálogos multilaterais, missões de pacificação, combate à pirataria, entre outros. As nações do sudeste asiático se tornaram cada vez mais receptivas à participação do Japão na segurança regional, e atualmente as relações Japão-ASEAN não estão mais limitadas a acordos comerciais.

1 - ANTECEDENTES HISTÓRICOS (1868 - 1947)

A RESTAURAÇÃO MEIJI 明治維新 (1868)

No final do século 19, o Japão foi marcado por grandes mudanças. Em 1868, o Período Edo (江戸時代 *Edo-jidai*) chegou ao fim com a queda do shogun Tokugawa, cujo clã (徳川氏 *Tokugawa-shi*) governava o Japão desde 1603, possuindo mais poderes políticos do que o Imperador na prática. A derrubada do shogunato se deu através da Guerra Boshin (1868-1869), uma guerra civil entre defensores do shogun e defensores do Imperador, entre estes samurais e lordes feudais (大名 *daimyou*) insatisfeitos com a instabilidade econômica gerada pela abertura dos portos do Japão para o Ocidente¹. Com a vitória das forças pró-Império, os poderes do Imperador foram restaurados em 1868 e iniciou-se o Período Meiji (明治時代 *Meiji-jidai*). (REED; SADLER, 2013)

O PERÍODO MEIJI 明治時代 (1868 -1912)

O Japão era uma nação com fraco poder militar, economia primariamente agrícola e pouco desenvolvimento tecnológico. Seu território era composto de vários feudos semi-autônomos e seu comércio estava quase totalmente controlado pela Europa e pelos Estados Unidos através de tratados desiguais desde a abertura dos portos. A prioridade no Período Meiji era modernizar o Japão em moldes semelhantes aos ocidentais. (KAZUHIKO, 2007)

O feudalismo e suas oligarquias foram extintas, a resistência foi reprimida pelo governo e os antigos feudos foram convertidos em prefeituras (県 *ken*) (NUSSBAUM et al., 2005). O Exército, antes fragmentado e sob responsabilidade de cada feudo, foi centralizado e impostos foram criados para aumentar o orçamento público e contribuir para o projeto governamental de industrialização. O governo liderou a construção de sistemas de transporte e comunicação, mineradoras, navios, munições e indústrias de bens de consumo. Também estabeleceu educação universal e gratuita e, em 1889, é lançada a Constituição do Império do Japão (大日本帝国憲法 *Dai-Nippon Teikoku Kenpou*), garantindo um Parlamento eleito (o primeiro da Ásia), ainda que com limitações. (NORMAN, 2000)

¹ Entre os séculos 17 e 19, o Japão adotava uma política isolacionista que limitava severamente a entrada de pessoas e produtos estrangeiros em seu território. Essa política, chamada Sakoku (鎖国), foi encerrada em 1853 devido a pressões dos Estados Unidos e da Europa (YASUKA, 2014)

Além do sucesso em organizar um Estado industrializado e capitalista, o Japão Meiji também obteve conquistas no campo internacional. Com a vitória na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), o Japão tomou o controle da península coreana e recebeu da China a ilha de Taiwan e a península Liaodong, a oeste da Coreia (PAINE, 2005). Esse evento chamou a atenção das potências europeias, que possuíam seus próprios interesses com a China, especialmente no comércio. Poucos dias depois, os europeus pressionaram o Japão para devolver a península Liaodong, que passou a ser controlada pela Rússia. (NUSSBAUM et al., 2005)

O incidente da península levou o Japão a fortalecer ainda mais o seu poder militar, trazendo sua vitória na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), revisão dos tratados desiguais com a Europa e Estados Unidos e a elevação do status internacional do Japão como uma potência colonialista equiparada às potências ocidentais. (STORRY, 1979)

O SUDESTE ASIÁTICO

A expansão europeia no sudeste asiático iniciou-se com a chegada dos portugueses na região da atual Malásia no século 15. A partir desse período, o sudeste asiático atraiu a atenção das potências europeias, interessadas na posição estratégica da região no fluxo comercial, seus produtos exóticos e suas condições climáticas favoráveis à agricultura (TARLING, 1992).

No século 19, o sudeste asiático estava quase inteiramente repartido entre as potências ocidentais. Indochina francesa, Birmânia e Malásia britânicas, Índias Orientais Espanholas, Índias Orientais Holandesas e Timor Português. No século seguinte, esses territórios se tornaram, respectivamente: Vietnã, Camboja e Laos (França); Myanmar e Malásia (Reino Unido); Filipinas (Espanha/Estados Unidos²); Indonésia (Holanda) e Timor Leste (Portugal) (JAMESON, 197-). Até então, a única nação independente da região era o Sião, atual Tailândia, mas se encontrava no meio das esferas de influência da França e do Reino Unido, e recebeu pressões para se ocidentalizar (MURDOCH, 1967). O Japão, por sua vez, ainda concentrava seus esforços no norte da Ásia, e seu envolvimento com o sul era mínimo.

Nessa época, as colônias sul-asiáticas começavam a se modernizar com a construção de ferrovias e sistemas de irrigação. Suas exportações aumentavam significativamente e aos poucos a região se inseriu no modelo econômico ocidental, substituindo a tradicional economia

² Após a Guerra Hispano-Americana (1898), a derrotada Espanha cedeu alguns territórios para os Estados Unidos, entre eles o arquipélago filipino. (JAMESON, 197-)

de subsistência asiática (TARLING, 1992). O Sião, uma monarquia absolutista, também acompanhou essa onda de modernização e ocidentalização, inclusive se tornando um membro fundador da Liga das Nações nos anos seguintes. (HELL, 2010)

Os movimentos pela independência e pela autodeterminação dos povos, bastante inspirados na vitória do Japão (uma nação asiática) sobre a Rússia (uma nação europeia), ganharam força no final do século 19 e início do século 20 (TARLING, 1992). Os colonizadores britânicos e americanos cederam uma relativa liberdade para que suas colônias pudessem formar governos nacionais, os franceses e holandeses foram mais assertivos em reprimir manifestações e deter os líderes das mesmas. (JAMESON, 197-)

As tensões e instabilidades geradas pela queda da Dinastia Qing, a última dinastia chinesa, geraram um grande fluxo de migrantes chineses para as nações vizinhas. Com a fundação da República da China, em 1912, e seus incentivos à disseminação de ideais revolucionários, novas ideologias adentraram e se fortaleceram no sudeste asiático. Revoltas nacionalistas e revolucionárias, contando com o apoio das classes de maior escolaridade³ e de líderes religiosos, tomaram a região (OWEN, 2005). Mas a independência de fato ainda levaria algumas décadas. (JAMESON, 197-)

FUKOKU KYŌHEI 富國強兵, HOKUSHIN-RON 北進論 E NANSHIN-RON 南進論

Fukoku Kyōhei era o slogan oficial do Período Meiji, significa “País rico, Exército forte” e resume os objetivos do governo japonês. De fato, o enriquecimento do Japão causou o fortalecimento das Forças Armadas e o crescimento do apoio ao militarismo na sociedade japonesa (STORRY, 1979). A nação comprou tecnologias militares de países ocidentais, enviou oficiais para o exterior para estudarem novas técnicas e parte da indústria foi dedicada à fabricação de armas e transportes. Os frutos desses esforços foram vistos nas vitórias do Japão nas já mencionadas guerras contra a China e a Rússia. A partir desses eventos, doutrinas expansionistas passaram a dominar a política externa japonesa. (SHIMIZU, 1987)

Hokushin-ron significa “Doutrina de avanço para o Norte”, *Nanshin-ron* significa “Doutrina de avanço para o Sul”. Ambas as doutrinas coexistiam nas Relações Internacionais do Japão, mas em alguns períodos uma doutrina se destacava em relação à outra. A primeira se

³ Era comum cidadãos de classes altas e mestiços de asiáticos com europeus serem enviados para estudar em escolas e universidades na Europa, depois retornavam aos seus locais de origem com uma grande bagagem intelectual. (JAMESON, 197-)

origina do interesse do Japão em adquirir territórios ricos em recursos naturais na Ásia continental e influenciou a anexação da Coreia no final do século 19 e a ocupação da Manchúria nos anos 1930. (SHIMIZU, 1987)

A segunda doutrina, por sua vez, tem origem nos interesses do Japão em expandir seu comércio no sudeste asiático através de uma aproximação gradual e pacífica, além de incentivar a emigração de japoneses num período de explosão populacional (SHIMIZU, 1987). Comerciantes japoneses circulavam na região e empresas japonesas também buscaram se incluir no comércio, aumentando as exportações da nação. O Ministro das Relações Exteriores do Japão estabeleceu consulados nas Filipinas, em Singapura e nas Índias Orientais Holandesas (atual Indonésia). A incorporação de Taiwan ao Império é considerada o ponto de partida do expansionismo japonês para o sul. (JAMESON, 197-)

O *Nanshin-ron* teve diferentes interpretações em cada período. No Período Meiji, havia um foco maior na promoção do livre comércio e livre trânsito de pessoas. Alguns estudiosos argumentam que nesse período a doutrina se aproximava da ideia do Pan-Asianismo, em que os povos asiáticos deveriam se relacionar através da cooperação e solidariedade mútuas, assim, rompendo com o pensamento de que o Japão deveria buscar se alinhar com o Ocidente para alcançar o progresso. Outras interpretações atentam para o fato de o *Nanshin-ron* não ser totalmente livre de ideias expansionistas, ainda que estivesse inclinado para a expansão pacífica e com objetivos comerciais (*trade*), não territoriais. (SHIMIZU, 1987)

No Período Taishō, que será descrito na próxima seção, a doutrina foi influenciada pelas consequências da guerra com a Rússia, assim, estava fortemente atrelada à defesa nacional e à recuperação da economia. Houve forte rejeição a ideias de expansão territorial, devido aos seus altos custos, e se assemelhou ao Período Meiji pelo ênfase na economia, aproveitando o vácuo deixado pelas nações ocidentais no comércio do Pacífico durante a Primeira Guerra Mundial, e diversos produtos japoneses foram exportados para a região do sudeste asiático. As trocas comerciais foram de grande benefício, pois o clima e a geografia da região eram mais favoráveis do que nos territórios do norte, fornecendo diversas matérias-primas essenciais para o Japão, como açúcar, arroz e borracha. A única expansão territorial do período foi alguns territórios no Pacífico cedidos ao Japão após a Guerra (BLAKESLEE, 1922) . O *Nanshin-ron* passou a ter mais prioridade do que o *Hokushin-ron*. (SHIMIZU, 1987)

No período Shōwa, que será explicado na quarta seção deste capítulo, contudo, o *Nanshin-ron* possuiu um viés mais radical devido à aspiração do Japão em obter o controle da região do sudeste asiático, ou seja, contrariando ideias de independência dessas colônias e construindo uma esfera de influência japonesa para confrontar as potências ocidentais. Esse

projeto ficou conhecido como Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental (大東亞共榮圈 *Dai Toua Kyoueiken*).

PERÍODO TAISHŌ 大正時代 (1912 – 1926)

Com o falecimento do Imperador Meiji, inicia-se o Período Taishō, continuando os esforços de modernização do Período Meiji, que mudaram o Japão por dentro e por fora. No âmbito interno, com o fim do sistema feudal, os cidadãos japoneses passaram a desfrutar de maior liberdade. A política japonesa estava um pouco mais aberta à participação popular, a economia se encontrava em grande prosperidade, cada vez mais pessoas moravam em cidades e pertenciam à classe média. Além disso, o sentimento de identificar-se como um japonês crescia na população. No âmbito externo, o Japão se fortaleceu como uma nação soberana frente ao colonialismo ocidental, posteriormente também sendo reconhecido como um colonizador e buscando expandir sua esfera de influência. (SHŪICHI, 1998)

Em 1902, O Japão havia assinado um Tratado de Aliança Anglo-Japonesa, tornando-se aliado ao Reino Unido (NISH, 2013). Assim, o Japão declarou guerra contra a Alemanha pouco tempo após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, e capturou territórios alemães na China e no Oceano Pacífico. No final da guerra, esses territórios foram oficialmente cedidos⁴ ao Japão através da Liga das Nações, da qual o Japão era um membro fundador, sob o nome de Mandato do Pacífico Sul (日本委任統治領南洋群島 *Nihon Inin Touchi-ryou Nan'you Guntou*).

O Japão realizou grandes investimentos nas ilhas do Pacífico Sul, maiores dos que os realizados pelos alemães. As ilhas, compostas de populações e territórios pequenos e economia fortemente dependente da exportação de cocos, passaram por intensas transformações sob o Mandato japonês.

Especialistas e oficiais de alto escalão visitaram os arquipélagos em grandes números nos primeiros meses; os chefes nativos eram levados para visitar o Japão, estradas foram construídas, novos coqueiros foram plantados, bóias de navegação foram instaladas, pesquisas foram realizadas; um serviço regular de navio a vapor para as ilhas foi estabelecido; e o comércio e as trocas com o Japão foram estendidos. (BLAKESLEE, 1922)

⁴ “Germany renounces in favour of the Principal Allied and Associated Powers all her rights and titles over her overseas possessions.” (Tratado de Versailles, artigo 119)

Virtualmente, o Japão possuía o monopólio do comércio das ilhas, que era restrito a interações com navios japoneses. Com o estabelecimento de leis rígidas para o comércio com outras nações além do Japão, empresas japonesas foram encorajadas a investir nas ilhas e a população japonesa nos territórios aumentou rapidamente. Inspirados na então administração americana das Filipinas (1898-1946), o governo japonês investiu em ensino básico compulsório e intercâmbio entre escolas das ilhas, embora houvesse um certo nível de segregação entre estudantes japoneses e estudantes nativos (JANSEN et al., 1984). Do ponto de vista militar, o Japão seguiu as normas determinadas pela Liga das Nações: não construiu fortificações nem bases navais, nem alistou nativos para treinamento militar (BLAKESLEE, 1922). A partir dos anos 1920, os habitantes das ilhas receberam maior autonomia para eleger governos locais, mas o Mandato só foi oficialmente revogado após a Segunda Guerra Mundial.

No âmbito interno, a euforia do Período Taishō arrefeceu após a Primeira Guerra. A recessão econômica em andamento foi agravada pelo Grande Terremoto de 1923, que destruiu Tóquio e a cidade portuária de Yokohama (HAMMER, 2006). Os investimentos estatais para a industrialização foram movidos para a reconstrução das cidades afetadas pelo terremoto e a indústria começou a ser absorvida por conglomerados privados (財閥 *zaibatsu*) (TANG, 2011). Mas, apesar dos investimentos privados, a economia japonesa permanecia instável e produtos básicos se tornavam cada vez mais caros e escassos. Os protestos populares foram reprimidos pelo Exército Imperial Japonês em 1925, sob o decreto da Lei de Preservação da Paz (治安維持法 *Chian Iji Hou*). (MITCHELL, 1973)

Ao final do Período Taishō, as liberdades civis estavam mais limitadas e o poder de intervenção do Imperador se tornou mais abrangente, enfraquecendo o Parlamento. Esses fatores facilitaram a ascensão de políticos militaristas ao poder, o que alterou os rumos da política externa japonesa nos anos seguintes. (KOSAKA, 1998; SHŪICHI, 1998)

SHŌWA 昭和 (1926 – 1989)

PRÉ-1945

Quando o Período Shōwa começou, o Japão se viu cercado por impérios de ideologias diversas. Os Estados Unidos ascenderam como um império, ainda que mais focado em disseminar a mentalidade americana do que em adquirir territórios, a União Soviética incorporava cada vez mais estados e seus ideais se popularizavam em várias nações, e a China

passava por um grande movimento nacional que posteriormente levaria ao Maoísmo (KITAOKA, 1990). O Japão, por sua vez, era um império vulnerável e de baixa autossuficiência em comparação aos outros, e a segurança tornou-se a prioridade da política externa japonesa. Kitaoka (1990) considera o término da Aliança Anglo-Japonesa “o símbolo da dissolução da antiga ordem internacional”.

Kijūrō Shidehara foi o Ministro das Relações Exteriores do Japão entre 1924 a 1927 e entre 1929 a 1931. Foi embaixador japonês nos Estados Unidos em 1919 e representante do Japão na Conferência de Washington (1921), era bastante conhecido pela sua fluência em língua inglesa, pelas suas visões pacifistas (conhecidas como “Diplomacia Shidehara”) e preferência por políticas de conciliação, em vez de uso do intervencionismo e da força militar, possuindo uma boa reputação internacional (SCHLICHTMANN, 2009; GALLENT LLORIA et al., 2017).

No período entre guerras, a região da Manchúria, no noroeste da China, era disputada entre o Japão e a União Soviética. Ambas as nações se interessavam pelos recursos naturais da região. Em 1931, o Japão invadiu a Manchúria e fundou o estado-fantoches de Manchukuo (1932-1945), Shidehara foi afastado do cargo pelos militares.

O espírito da nação japonesa é, em sua natureza, algo que deve ser propagado aos sete mares e estendido aos cinco continentes. Qualquer impedimento a isso deve ser abolido, ainda que com a força. (Sadao Araki, General do Exército Imperial Japonês, 1933)

Após ser denunciado pela China à Liga das Nações, o Japão deixou a Liga e manteve a Manchúria sob seu domínio. Porém, apesar da reprovação internacional da invasão, o Japão se interessou em manter uma política de cooperação com as nações ocidentais. Em um documento oficial publicado logo após a saída do Japão da Liga, o Imperador esclareceu que o Império:

(...)agora se separou da Liga das Nações e seguirá sua própria política, mas isso, é claro, não significa que devemos limitar nossa atenção apenas ao Extremo Oriente, rompendo laços de amizade com outros países. Ora todas as noites para que possamos ganhar maior confiança da sociedade internacional e aprimorar a causa da justiça em todo o mundo. (1933, apud. KITAOKA, 1990, p. 163)

A princípio, algumas potências ocidentais, como Reino Unido e Estados Unidos (este não era membro da Liga), de fato não desejavam aplicar sanções econômicas no Japão, pois era um importante parceiro comercial na Ásia. Mas essa postura mudou após o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939.

Desde 1937, o Japão estava envolvido na Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945) e a guerra na Europa era um conflito distante. Mas, devido à sua posição como potencial combatente da expansão soviética na Ásia, a Alemanha buscou aproximar-se do Japão. Em novembro de 1937, Japão, Alemanha e Itália assinaram o *Anti-Comintern Pact* (Pacto Contra o Comunismo Internacional, em tradução livre). (KITAOKA, 1990)

O Japão passou a se envolver na Segunda Guerra Mundial a partir de 1940, quando a Alemanha invadiu várias nações da Europa Ocidental (entre elas França e Holanda) e as colônias europeias do sudeste asiático estavam vulneráveis. Em julho de 1941, sob a permissão da França ocupada pela Alemanha, o Japão invadiu a Indochina francesa (JAMESON, 197-).

Após a ocupação da Indochina, os Estados Unidos e outras potências revogaram alguns acordos econômicos com o Japão. Em 7 de dezembro de 1941, quando as negociações entre o Japão e os Estados Unidos estavam em andamento, o Japão realizou um ataque surpresa na base americana de Pearl Harbor, no Havaí. No dia seguinte, os Estados Unidos declararam guerra contra o Japão, iniciando a Guerra do Pacífico. (IRIYE, 1999)

Poucos dias depois, o Japão atacou as forças britânicas e ocupou Hong Kong, Malásia e Singapura. No início de 1942, após a invasão de tropas japonesas na Tailândia, o governo tailandês foi forçado a se aliar ao Japão e o território do país foi utilizado para a invasão japonesa da Birmânia e das Índias Orientais Holandesas. O objetivo das invasões era primariamente garantir o fornecimento de recursos para a guerra contra a China, sob a ideologia da Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental (大東亞共榮圈 *Dai Toua Kyoueiken*), lançada ao público com massiva propaganda prometendo a construção de um grande bloco asiático de coprosperidade livre de influências ocidentais (IRIYE, 1999).

Em maio de 1942, o Japão invadiu as Filipinas, então protetorado americano, para neutralizar o uso do arquipélago pelos Estados Unidos. O Japão havia ocupado praticamente todo o sudeste asiático, até que suas investidas em Papua-Nova Guiné foram paradas pela Austrália e pelos Estados Unidos, que também apoiavam a China, mudando o curso de ambas as guerras. (JAMESON, 197-)

Tropas americanas invadiram e derrotaram tropas japonesas em Okinawa, no sul do Japão, em abril de 1945. Após o lançamento das bombas atômicas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, em 15 de agosto de 1945 o Japão anunciou sua rendição, encerrando a Segunda Guerra Mundial e a Segunda Guerra Sino-Japonesa. Então, as colônias sul-asiáticas foram devolvidas às nações europeias, a Manchúria e a Coreia foram libertas do domínio japonês, o Mandato do Pacífico Sul foi revogado (junto com a dissolução da Liga das Nações) e iniciou-

se a ocupação americana do Japão, que durou 6 anos e trouxe a democratização e desmilitarização do país. (GALLENT LLORIA et al., 2017)

PÓS-1945

O general americano Douglas MacArthur foi o responsável por liderar a ocupação americana do Japão. Uma de suas primeiras medidas foi nomear Kijūrō Shidehara, o pacifista Ministro das Relações Exteriores do Período Taishō, como Primeiro-Ministro, cargo que ocupou até 1946. Simultaneamente, o nomeado Ministro de Estado Jōji Matsumoto ficou encarregado de revisar a Constituição Meiji, em vigor desde 1890, e adaptá-la aos novos tempos (GALLENT LLORIA et al., 2017)

A atual Constituição do Japão foi promulgada em novembro de 1946 e posta em vigor no ano seguinte. Uma das suas características inovadoras foi a adoção do pacifismo, como proclamado no artigo 9:

Nós, o povo japonês, (...) decidimos que nunca mais seremos visitados pelos horrores da guerra através da ação do governo (...)

Nós (...) desejamos paz para todo o tempo (...) e decidimos preservar nossa segurança e existência, confiando na justiça e na fé dos povos amantes da paz no mundo.

O Exército e a Marinha Imperiais foram desmantelados e durante algum tempo o Japão estava completamente desarmado, pois os escassos recursos do governo foram destinados à reconstrução de cidades destruídas pelos bombardeios de 1945. Mas, em 1950, com a conclusão do Tratado de Paz com os Estados Unidos (Tratado de San Francisco) e a invasão da Coreia do Sul pela Coreia do Norte (com o apoio da União Soviética e da recém-fundada China comunista), o rearmamento do Japão se tornou uma emergência. Sob a tutela dos Estados Unidos, o Japão formou novas instituições de segurança, porém com limitações, como a Guarda Marinha, e as tropas americanas permaneceram para prevenir uma possível investida soviética no arquipélago. (UMEDA, 2006)

Os americanos deixaram o Japão em 1952 e, para Kitaoka (1990), essa ocupação foi “bastante generosa do ponto de vista econômico e humanitário”, e o apoio dos Estados Unidos foi crucial para reinserir o Japão na comunidade internacional, enfrentando a relutância das potências europeias. O Período Shōwa pós-1945 é marcado pela fantástica recuperação do Japão e sua ascensão como uma potência econômica global (SINGH, 2010)

As reformas realizadas nas instituições do Japão buscaram reduzir a influência militarista no governo e na tomada de decisões do país durante os anos 1950, e receberam o apoio da sociedade japonesa com o passar do tempo (JESUS JÚNIOR et al., 2005). O então Primeiro Ministro Shigeru Yoshida (no cargo entre os anos 1948 e 1954) determinou algumas políticas que atualmente são conhecidas como “Doutrina Yoshida”: o Japão iria garantir sua segurança nacional através de uma aliança com os Estados Unidos, manter uma baixa capacidade de autodefesa e usar os recursos poupados pelas duas políticas anteriores para desenvolver o país como uma nação comercial. (SUGITA, 2016)

Devido ao isolamento da China, antes um de seus principais mercados, o Japão se interessava em encontrar novos parceiros econômicos regionais. Paralelamente, com a ascensão da Guerra Fria (1947-1989) e a necessidade de conter o avanço do comunismo na Ásia, os Estados Unidos se interessavam em apoiar o Japão na integração regional. Essa convergência de interesses facilitou a implementação da “diplomacia econômica” de Yoshida. Durante esse período, o envolvimento do Japão em questões de segurança (*security affairs*) no sudeste da Ásia era mínimo, algo que mudaria nas décadas seguintes.

INDEPENDÊNCIAS DO SUDESTE ASIÁTICO

Apesar dos objetivos colonialistas, a propaganda anti-ocidental proferida pelo Império do Japão acabou se tornando mais um dos propulsores da luta dos povos sul-asiáticos pela sua independência, pois, de certa forma, apresentava uma alternativa ao colonialismo ocidental. Mesmo com a retirada do Japão e a devolução dos territórios após 1945, os europeus enfrentaram cada vez mais dificuldades em manter o controle sobre suas colônias. Movimentos nacionalistas e comunistas se espalharam por toda a região, mas o pós-independência foi distinto em cada local.

As Filipinas deixaram de ser um protetorado americano para se tornarem uma república em julho de 1946, após a assinatura do Tratado de Manila (HERRERA, 2015). Porém, a luta contra os japoneses havia destruído locais importantes do arquipélago, prejudicando indústrias e plantações e agravando a pobreza. A nova república estava completamente dominada por famílias poderosas e corruptas, e o início dos anos 1950 foi marcado por rebeliões comunistas que desejavam derrubar o governo, contra uma população majoritariamente católica que rejeitava as ideias comunistas. O país dependia fortemente da ajuda financeira dos Estados Unidos e levaria vários anos para conseguir se estabilizar. (JAMESON, 197-)

A Birmânia, atualmente chamada de Myanmar, foi a segunda colônia sul-asiática a se tornar independente. O governo interino birmanês, estabelecido pelo Reino Unido após 1945, decidiu em 1947 que a Birmânia deveria ser uma república independente. No final do mesmo ano, o Reino Unido implementou a decisão através do *Burma Independence Act*. Assim como nas Filipinas, rebeliões comunistas se disseminaram pelo país, somado com conflitos étnicos e movimentos separatistas. O Primeiro-Ministro U Nu falhou em lidar com essas manifestações e foi derrubado pelo general Ne Win em 1962, instaurando um regime militar. No entanto, o governo buscou manter uma posição politicamente neutra na arena internacional. (SCULLY, 1979; JAMESON, 197-)

Em 1948, o Reino Unido declarou a Federação Malaia, que incorporou outras colônias britânicas vizinhas, Penang e Malacca. A federação conquistou a independência em 1957 e nos anos seguintes incluiu Singapura, Sabah e Sarawak⁵. Em 1963, a Federação Malaia passou a se chamar Malásia, porém, 2 anos depois, Singapura foi expulsa da federação devido a tensões étnicas e políticas. Outras tensões ocorreram com guerrilhas indonésias que ameaçavam Sabah e Sarawak, e forças britânicas permaneceram protegendo a região até 1967 e a queda do presidente indonésio Sukarno. Desde então, a Malásia conquistou maior estabilidade e desenvolvimento econômico e social. (JAMESON, 197-)

Singapura é uma república independente desde 1959 (exceto pela breve união com a Federação Malaia) e reprimiu fortemente o comunismo na sua política nacional (JAMESON, 197-). Nas décadas seguintes, Singapura realizou esforços para a sua modernização e passou por um *boom* econômico, tornando-se uma das nações mais prósperas do mundo.

Os holandeses declararam a independência da Indonésia em 1949, após 4 anos de guerra contra as guerrilhas do arquipélago. O presidente Sukarno (no cargo entre 1945 e 1967) era fortemente a favor do anti-colonialismo e da China comunista, recusou-se a cooperar com o Ocidente e, em 1965, a Indonésia foi o primeiro país a se retirar das Nações Unidas (LIVINGSTONE, 1965). Sukarno ambicionava transformar o país num Estado comunista, com apoio principalmente da maioria da população chinesa no território. O golpe comunista foi interrompido pelo General Suharto e o Exército, apoiados pela maioria da população de indonésios muçulmanos. Sukarno foi deposto e o Partido Comunista foi desmantelado. General Suharto retomou as interações com o Ocidente e retornou a Indonésia para as Nações Unidas, sendo eleito presidente em 1973. Sob o governo de Suharto, a Indonésia passou por um grande

⁵ Brunei preferiu não se juntar à federação e se manteve como um protetorado britânico até 1984 (JAMESON, 197-).

progresso econômico, através da otimização de gastos públicos e aproveitamento dos vastos recursos naturais. O Japão passou a ter uma forte participação na economia indonésia, o que, para Jameson (197-), “talvez tenha sido pelo menos parte da causa das rebeliões anti-japonesas em 1974”. Essas rebeliões e suas consequências serão explicadas no capítulo 3.

Em 1946, a França retornou da Segunda Guerra Mundial para recuperar a Indochina, obtendo sucesso no sul, mas não conseguiu entrar em acordo com a Liga pela Independência do Vietnã, uma organização nacionalista-comunista concentrada no norte que havia declarado a independência da nação após a saída dos japoneses. A Guerra do Vietnã foi iniciada em 1955, com o sul apoiado pelos Estados Unidos e seus aliados anticomunistas, e o norte apoiado pela China e União Soviética. Em 1973, foi anunciado o cessar-fogo, a retirada de tropas americanas e o início de negociações em Paris para tentar reunir o Vietnã pacificamente. Mas, em 1975, forças do norte tomaram Saigon, a antiga capital do Vietnã, ao sul, e o Vietnã se tornou um Estado comunista (JAMESON, 197-; SHIRAISHI, 2009).

Sob pressão do Japão no período da ocupação do sudeste asiático, Camboja declarou sua independência da França. Quando a França retornou, o Rei Sihanouk, eleito em 1941, conseguiu uma maior autonomia para a nação através de negociações. Camboja se tornou completamente independente após a derrota francesa na Guerra do Vietnã, em 1954, e Sihanouk foi eleito o Primeiro-Ministro. Porém, perdeu popularidade devido à sua aproximação com comunistas do Vietnã e à estagnação econômica gerada por suas políticas, e foi retirado do cargo em 1970 pelo General Lon Nol. A partir de 1970, Camboja se tornou a República Khmer e participou ativamente da Guerra do Vietnã, aliando-se aos Estados Unidos. No entanto, guerrilhas comunistas da República Khmer tomaram a capital e a nação foi convertida num Estado comunista, com feroz perseguição de defensores do antigo governo. (JAMESON, 197-; SHIRAISHI, 2009)

Laos possuiu um histórico semelhante, primeiro conquistando maior autonomia da França e se tornando uma nação independente em 1954. Tensões internas entre organizações políticas de esquerda, de centro e de direita levaram à guerra civil entre 1967 a 1975. Após a Queda de Saigon (1975), forças comunistas ocuparam todo o território de Laos, o rei abdicou e a República Democrática de Laos foi fundada. Toda a Indochina Francesa estava sob controle comunista (JAMESON, 197-; SHIRAISHI, 2009).

Como mencionado anteriormente, a Tailândia era a única nação independente do sudeste asiático antes de 1945. Apesar de algumas instabilidades políticas e a ameaça da expansão comunista, a Tailândia manteve sua posição anticomunista e aliada aos Estados Unidos e outras nações não-comunistas do sudeste asiático. Em 1967, a Tailândia se une a

algumas dessas nações (Indonésia, Malásia, Filipinas e Singapura) para formar uma associação e promover o progresso econômico e a estabilidade regional.

2 – ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO (ASEAN)

UM NOVO BLOCO

Desde suas independências, as nações do sudeste asiático realizaram tentativas de promover a cooperação regional, ligeiramente inspiradas na comunidade europeia. Khoman (2012)⁶ cita algumas justificativas para a importância da criação de uma organização com esse propósito. Além de superar o vácuo de poder deixado pelo fim da colonização e, posteriormente, pela saída das grandes potências do Vietnã, essa cooperação poderia trazer uma voz para as nações sul-asiáticas e servir aos seus interesses. Ademais, a relação de confiança e suporte mútuos com nações vizinhas seria mais equilibrada do que com as grandes potências.

Após o fracasso da Associação do Sudeste Asiático (ASA)⁷ e as tensões do Conselho da Ásia e do Pacífico (ASPAC)⁸, em 8 de agosto de 1967, no Departamento de Relações Exteriores de Bangkok, na Tailândia, reuniram-se os Ministros das Relações Exteriores de Singapura, Tailândia, Indonésia, Malásia e Filipinas. Eles assinaram a Declaração de Bangkok, assim fundando a Associação de Nações do Sudeste Asiático, ou ASEAN. O documento possui cinco artigos, e o Artigo 6 declara os objetivos da associação:

1. Acelerar o crescimento econômico, o progresso social e o desenvolvimento cultural da região [...] para uma próspera e pacífica comunidade de nações sul asiáticas;
2. Promover a paz e a estabilidade regional através do respeito pela justiça e pelo Estado de Direito nas relações entre os países da região e da adesão aos princípios da Carta das Nações Unidas;
3. Promover a colaboração ativa e assistência mútua em assuntos de interesse comum nos campos econômico, social, cultural, tecnológico, científico e administrativo;
4. Fornecer assistência mútua através de centros de treinamento e pesquisa nas esferas educacional, profissional, tecnológica e administrativa;

⁶ Thanat Khoman foi Ministro das Relações Exteriores da Tailândia entre 1959 e 1971, e um dos fundadores da ASEAN.

⁷ A ASA, fundada em 1961, era composta por Tailândia, Malásia e Filipinas. Disputas territoriais envolvendo as Filipinas e a Indonésia contra a Malásia (que recebeu apoio do Reino Unido, seu antigo colonizador) causaram o colapso da organização. (KHOMAN, 2012)

⁸ Fundada em 1966, a ASPAC abrangeu Tailândia, Japão, Coréia do Sul, Austrália, Taiwan, Nova Zelândia, Vietnã do Sul e Malásia. As tensões na organização se originaram da entrada da China e o afastamento de Taiwan, além das já mencionadas disputas territoriais na Malásia. (idem)

5. Colaborar de forma mais eficiente para maior utilização da agricultura e da indústria, expansão do comércio, incluindo o estudo dos problemas do comércio internacional de commodities, a melhoria das instalações de transporte e comunicações e o crescimento do padrão de vida dos povos;
6. Promover estudos sul-asiáticos; e
7. Manter a cooperação próxima e benéfica com organizações internacionais e regionais que possuam objetivos similares, e explorar todos os caminhos para uma cooperação ainda mais próxima entre os membros.

O ênfase no pacifismo pode ser explicado pelo contexto turbulento da época da fundação do bloco. A polarizada Guerra Fria estava em andamento, influenciando diversos conflitos ao redor do mundo, incluindo o sudeste asiático, que era palco de várias rebeliões, disputas territoriais, golpes de Estado, guerras civis, além de conflitos étnicos e religiosos que datam de centenas de anos (TARLING, 1992; OWEN, 2005), e estava sob a sombra da ameaça do expansionismo vietnamita, um dos primeiros (e maiores) desafios da ASEAN na consolidação da paz regional. Atrelados ao pacifismo, a cooperação econômica e o estabelecimento de laços culturais (formação de uma identidade sul-asiática) também eram preocupações do recém-formado bloco.

CARACTERÍSTICAS GERAIS

No Artigo 4, a ASEAN garante estar aberta à participação de todos os Estados do sudeste asiático, mas o número de membros do bloco aumentou apenas a partir de 1984, com a entrada de Brunei. Atualmente, o bloco é composto por 10 países: os fundadores Tailândia, Singapura, Malásia, Indonésia e Filipinas, juntos com Brunei (1984), Vietnã (1995), Laos (1997), Myanmar (1997) e Cambodia (1999). A ASEAN também possui o Timor Leste e a Papua Nova Guiné como observadores.

Com a sede localizada em Jakarta, na Indonésia, o bloco é liderado pelo Secretário-Geral e dividido em 4 departamentos: o Departamento Comunitário de Segurança e Política, o Departamento Comunitário de Economia, o Departamento Comunitário Sócio-Cultural e o Departamento de Assuntos Comunitários e Corporativos. Esses departamentos, por sua vez, são divididos em várias diretorias e seções. O Departamento Comunitário de Segurança e Política contém a Diretoria de Relações Exteriores e a Diretoria de Política e Segurança, e esta possui divisões específicas para assuntos relacionados à cooperação na segurança.

A respeito das relações entre os Estados-membros, a ASEAN adotou 6 princípios, estabelecidos no Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático de 1976:

1. Respeito mútuo pela independência, soberania e integridade territorial de todas as nações;
2. Direito de qualquer Estado de ter controle sobre sua própria existência, livre de intervenção ou subversão externa;
3. Não-intervenção em seus respectivos assuntos internos;
4. Resolução de problemas/disputas de forma pacífica;
5. Renúncia da ameaça de uso da força;
6. Cooperação entre as nações.

“ASEAN Way” é o nome do hino oficial da ASEAN, mas também é frequentemente utilizado como um termo para se referir ao *modus operandi* do bloco, incluindo as bases culturais de sua governança⁹. Para Goh (2000), é preciso fazer uma distinção entre o “ASEAN Way” e os princípios da ASEAN, pois:

[...] diferentemente do Ocidente, o sudeste da Ásia nunca teve uma experiência equivalente ao Direito Romano, que [...] trouxe uma sistematização mais formal das políticas locais. Embora existissem instituições políticas formais na teoria, na prática a região era comandada por vários pequenos círculos de elites patrocinadas. Isso causou a institucionalização de uma cultura política altamente privada e informal.

Assim, a política no sudeste asiático poderia ser tradicionalmente classificada como “personalista, informal e não-contratual”. Outro caso que corrobora com o argumento de Goh é o fato de que a ASEAN só concluiu seu primeiro tratado, o Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático, em 1976, quase 10 anos após a fundação do bloco (SEVERINO, 2001). Além disso, alguns acadêmicos, como Noordin Sopiee (apud GOH, 2000), identificaram algumas normas de conduta não escritas na ASEAN, como a busca pela harmonia, a polidez e a discrição em vez do confronto público (ou “lavagem de roupa suja”, nas palavras de Sopiee).

Outros acadêmicos, como Howe e Park (2017) também argumentam que o “ASEAN Way” está transformando sua postura centralizada nos Estados e no princípio de não-intervenção para acolher perspectivas mais humanitárias, como a questão da pobreza, um problema de longa data no sudeste asiático, assim tornando a sociedade civil mais próxima do

⁹É um trocadilho envolvendo dois possíveis significados de “way”, em Inglês. “ASEAN Way” pode significar “o caminho da ASEAN” ou “o jeito da ASEAN”. (tradução livre)

bloco e suas atividades e mais consciente dos benefícios da cooperação. Em 1997, foi formada a Fundação ASEAN (*ASEAN Foundation*), com a finalidade de promover a conscientização sobre o bloco e a interação social entre as populações dos Estados-membros. De acordo com a Fundação, essas interações vão contribuir para a maior coesão e cooperação na Comunidade da ASEAN. As iniciativas da Fundação ASEAN abrangem treinamentos, reuniões, bolsas de intercâmbio, seminários e publicidade. As áreas temáticas da Fundação são Artes/Cultura, Educação, Meios de Comunicação e *Community Building* (formação de comunidade, em tradução livre).

O bloco mantém diálogos e parcerias com vários países, embora em anos recentes esteja priorizando os vizinhos asiáticos, e várias organizações, sejam elas regionais (como a União Européia e o Mercosul) ou internacionais (como a ONU).

A ASEAN+3 (*ASEAN Plus Three*, ou APT, em Inglês) foi iniciada em 1997 e constitui um processo de cooperação entre ASEAN, Japão, China e Coreia do Sul. A APT foi institucionalizada em 1999 numa reunião em Manila, nas Filipinas, com a publicação da Declaração Conjunta para a Cooperação no Leste Asiático. A Declaração determina os princípios e objetivos fundamentais da parceria, que basicamente se referem a aprofundar os laços socioeconômicos e políticos das nações envolvidas, superar a crise econômica asiática de 1997, manter a paz e combater a criminalidade (tráfico humano, crimes virtuais, tráfico de drogas, etc.).

ASEAN E A PAZ REGIONAL

A diplomacia de defesa (*defence diplomacy*) se tornou uma ferramenta importante para a política externa e a política de segurança dos Estados (Singh e Tan, 2011). As pautas de segurança tradicionais, focadas na guerra, hoje em dia dividem espaço com novas pautas, como ajuda humanitária, meio ambiente e economia, novos paradigmas e novos desafios que surgiram após o fim da Guerra fria e a intensificação da globalização, com cada vez mais Estados dispostos a se engajarem em assuntos e instituições transnacionais para promoverem seus interesses. Assim, o papel das Forças Armadas evoluiu para acompanhar essas mudanças e atualmente abrange pautas mais focadas na manutenção da paz. (LAKSMANA, 2011)

Singh e Tan (2011) apontam que não há uma definição precisa e universal para a diplomacia de defesa, mas existem alguns padrões que ajudam na compreensão da mesma: atividades de cooperação realizadas pelas Forças Armadas no período de paz, cooperação entre

as Forças Armadas em diversos assuntos, sejam as pautas novas ou as tradicionais, e cooperação tanto entre Forças Armadas aliadas quanto rivais. Alguns exemplos de atividades de diplomacia de defesa são acordos, treinamento de pessoal militar, deslocamento de pessoas (civis ou militares) entre as nações aliadas, provisão de suprimentos e exercícios militares em conjunto.

A Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO) foi formada no final de 1954 e era composta por Estados Unidos, França, Reino Unido, Austrália, Paquistão, Filipinas e Tailândia. Sua sede era localizada em Bangkok, na Tailândia, e seu objetivo primário era fornecer assistência aos membros sul-asiáticos (Tailândia e Filipinas) para resistirem a possíveis insurgências comunistas, sobretudo vindas do Vietnã do Norte. As outras nações sul-asiáticas optaram por permanecer numa posição de neutralidade (Indonésia e Myanmar), e as nações que pertenciam à Indochina francesa (Vietnã, Camboja e Laos) estavam impossibilitadas de se engajarem em acordos militares transnacionais devido aos acordos de cessar-fogo da Conferência de Genebra de 1954. As nações ocidentais se interessavam pela posição estratégica da região e na contenção do comunismo, o Paquistão buscava potenciais aliados no seu conflito com a Índia. A SEATO patrocinou exercícios militares e intercâmbio cultural e trabalhou para reforçar a economia dos seus membros asiáticos. (BUSZYNSKI, 1981)

No entanto, a SEATO não esteve livre de problemas. As limitações de sua legislação (e consequentemente de suas ações), os choques culturais, as várias discordâncias entre os Estados Unidos e os outros membros a respeito do Vietnã (a intervenção americana no país recebeu forte reprovação da SEATO) e a quase ausência de membros asiáticos levaram à dissolução da organização em 1977, dois anos após o fim da Guerra do Vietnã (BUSZYNSKI, 1981). Para Singh e Tan (2011), essa experiência foi outro estopim para a necessidade de se criar uma organização autenticamente sul-asiática, com atores regionais.

Em termos de segurança, o sudeste asiático também recebeu influência dos Cinco Acordos de Força de Defesa (*Five Power Defence Arrangements*, ou FPDA, em Inglês), de 1971. Essa série de acordos envolveu Malásia, Singapura, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia, com o objetivo de fornecer consultoria para assuntos relacionados à segurança e à defesa de seus participantes, em especial a Malásia e Singapura, nações tradicionalmente próximas à anglosfera devido ao histórico colonial. A instituição mais importante do FPDA é o Sistema de Defesa Aérea Integrado, localizado na Malásia e sob comando da Austrália, mas com o passar dos anos o FPDA passou a fortalecer outras instituições de sua estrutura e a realizar fóruns e reuniões mais frequentemente. Além do FPDA, Singapura e Malásia possuem

relações próximas com os Estados Unidos a respeito da segurança e defesa contra ameaças em comum, como o terrorismo e a pirataria marítima. Em tempos recentes, esses dois temas têm recebido atenção da ASEAN como um todo. (EMMERS, 2011)

Desde a fundação da ASEAN, as relações de defesa e segurança no sudeste asiático têm se tornado cada vez mais regionalizadas, com tendência a formar uma “comunidade de defesa”. Em 1982, iniciaram-se os exercícios militares do Cobra Gold, uma operação conjunta envolvendo os Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, Singapura, Malásia, Indonésia e Tailândia. Seus países observadores incluem Brunei, Laos, Vietnã e Camboja, e suas atividades também abrangem ajuda humanitária em regiões vulneráveis. (NEDVED, 1998; KEMMER, 1999) Atualmente, outras nações asiáticas como Nepal, China e Índia também se interessam em participar dos exercícios.

No entanto, apesar do declínio da ameaça de conflitos entre Estados sul-asiáticos desde o início do século 21, a região ainda enfrenta o desafio dos conflitos internos, especialmente políticos e étnico-religiosos (muitos destes possuem origens milenares), que ameaçam a convivência pacífica de sua população, que é conhecida principalmente pela sua diversidade. O terrorismo, que se tornou um tema de grande preocupação internacional após os ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, também passou a ser prioridade nas pautas políticas da ASEAN após uma série de ataques terroristas regionais, como os ataques de Bali na Indonésia, em 2002. Porém, esse tema já era discutido alguns anos antes.

Na década de 1990, o sudeste asiático se tornou um dos palcos das operações da al Qaeda, com a coalizão de diversos grupos extremistas, como o Jemaah Islamiyah, numa união chamada Rabitatul Mujahidin. Esses grupos, com financiamento próprio e convicções ideológicas anti-ocidentais (em especial, após a intervenção dos Estados Unidos no Afeganistão), buscaram aumentar seu número de aliados e treiná-los, melhorar seu armamento e lutar contra os governos nacionais do sudeste asiático, que começavam a tomar medidas para combater suas atividades. Devido à natureza sem fronteiras do terrorismo e suas pautas¹⁰, era necessário uma ação conjunta para combatê-lo.

Em 1996, a Conferência Internacional sobre Terrorismo foi realizada na cidade filipina de Baguio e, no ano seguinte, aconteceu o décimo quinto Fórum ASEAN-Japão, que foi dedicado à troca de informações, materiais, funcionários e contatos para os esforços de combate e prevenção ao terrorismo e ao extremismo ideológico.

¹⁰ Mesmo os grupos terroristas que possuíam pautas nacionais atuavam em diversos países diferentes, além de estarem fortemente ligados a grupos de pautas regionais e globais. (GUNARATNA, 2018)

Singapura, Indonésia, Malásia, Filipinas e Austrália foram os primeiros a investigar e trabalhar em conjunto, para dismantelar algumas células da al Qaeda no sudeste asiático, no final do ano de 2001. Em 2002, Singapura deu assistência anti-terrorista à Malásia e à Indonésia e os Estados Unidos deram assistência às Filipinas na luta contra o grupo Abu Sayyaf. No entanto, a Indonésia foi palco de novos ataques terroristas nos anos seguintes: o Marriott Hotel em Jakarta (2003), a embaixada australiana em Jakarta (2004) e o Jimbaran Beach Resort em Kuta (2005). Assim como nos ataques de 2002, o alvo era locais com grande fluxo de turistas e imigrantes ocidentais. Com a descoberta de atividades de pessoas ligadas a grupos terroristas em Camboja e Laos, estes países passaram a participar mais ativamente na luta contra o terrorismo. China, Índia, União Europeia, Rússia, Coreia do Sul, Japão, Nova Zelândia, entre outros, também forneceram ajuda nesses esforços e participaram de reuniões para formulação de planos. (GUNARATNA, 2018)

Os líderes da ASEAN, junto com seus respectivos Ministros das Relações Exteriores, se reuniram e realizaram negociações entre os anos de 2004 e 2006. Na cúpula da ASEAN (ASEAN Summit) de 2007, é assinada a Convenção da ASEAN Contra o Terrorismo (ASEAN Convention on Counter Terrorism, ou ACCT), ratificada por Brunei em 2011 e posta em prática no mesmo ano. Malásia foi a última nação a assinar o tratado, em 2013 (AHMAD, 2013). A estrutura detalhada da Convenção trata do aprofundamento da cooperação regional contra o terrorismo e abrange vários conceitos e pontos estratégicos, Gunaratna (2018) considera esse tratado um “divisor de águas” na política de segurança da ASEAN.

A ameaça desses grupos ligados à al Qaeda persistiu durante os anos 1990 e 2000 até a fundação e ascensão do Estado Islâmico, a mais recente ameaça, na década de 2010. Atualmente, o terrorismo (e seus simpatizantes) no sudeste asiático é mais concentrado em seus países insulares, como a Indonésia, mas ainda é presente na parte continental da região e permanece sendo uma pauta importante nas reuniões da ASEAN. Gunaratna (2018) argumenta que a natureza não-intervencionista e relativamente informal do “ASEAN Way” precisará ser reformulada no futuro, a fim de melhorar a coordenação contra o terrorismo através da elaboração e implementação de legislações de segurança conjunta mais profundas, compartilhamento de dados e serviços de inteligência, treinamento de funcionários e desenvolvimento de novas atividades conjuntas.

3 - ASEAN E JAPÃO

PRIMEIRAS INTERAÇÕES

Em se tratando das relações do Japão com o resto da Ásia, os agentes diplomáticos japoneses logo perceberam que a estabilidade política e o desenvolvimento econômico do continente asiático estavam fortemente relacionados com o bem-estar do Japão. Além disso, devido à proximidade geográfica e ao longo histórico de relações com o continente, existia a percepção de que o Japão entenderia os problemas asiáticos melhor do que as outras potências (JO, 1968).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial e a ocupação americana do Japão, o país se dedicou a mudar sua imagem militarizada e armamentista, recuperar sua economia e auxiliar a economia dos países vizinhos. Essa política externa de priorização da economia ficou conhecida como Doutrina Yoshida, e vários de seus princípios foram continuados pelos ministros posteriores a Yoshida¹¹. Apesar da pressão americana para rearmar o Japão contra a ameaça da Ásia comunista, a Doutrina Yoshida, que prezava pela “diplomacia econômica” e a formação de um sistema de defesa japonês mais brando, foi implementada e recebeu o apoio dos Estados Unidos, que também perceberam que a construção de um perfil pacifista para o Japão seria a estratégia mais segura naquele contexto (SUGITA, 2016).

No entanto, as nações do sudeste asiático, em especial Singapura e Filipinas, continuavam vendo o Japão com desconfiança e temor de sua possível ressurgência e rearmamento. Essa postura mudou gradualmente a partir de meados dos anos 1950, com o início do pagamento de reparações de guerra do Japão (a maior parte paga na forma de bens de capital), que causou efeitos positivos para a recuperação econômica de ambas as partes: a industrialização do sudeste asiático e o direcionamento da expansão das exportações do Japão. Jo (1968) também aponta outros dois prováveis fatores que teriam facilitado a cooperação entre o Japão e o sudeste da Ásia: o ressentimento dos sul-asiáticos em relação ao Japão era menor do que em relação aos seus ex-colonizadores ocidentais, e a antiga ideologia da Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental (isto é, a interdependência e a cooperação entre nações asiáticas para o desenvolvimento conjunto), assim, a aproximação do Japão pós-guerra foi vista como uma versão pacífica dessa ideologia. Além disso, nas décadas de 1950 e 1960,

¹¹ Shigeru Yoshida foi o Primeiro Ministro do Japão nos períodos 1946-1947 e 1948-1954.

o Japão ascendeu economicamente e, apesar de seu território e população menores do que China e Índia, se tornou a sétima maior potência do mundo e a maior potência da Ásia não-comunista. Essas condições favoreceram sua caminhada para a integração regional e sua reinserção na arena internacional como um todo. O Japão se tornou membro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial em 1952, e da Organização das Nações Unidas em 1956 (IOKIBE, 2001).

Embora não tenha sido o primeiro líder japonês pós-guerra a estabelecer relações diplomáticas com o sudeste asiático, o Primeiro Ministro japonês Nobusuke Kishi (no cargo entre os anos 1957 e 1960) foi o fundador da iniciativa de uma “diplomacia centrada na Ásia” e o primeiro líder japonês pós-guerra a visitar o sudeste asiático (JO, 1968). Kishi também colaborou com o planejamento do Instituto de Pesquisa de Economia Asiática (アジア経済研究所 *Ajia Keizai Kenkyuujo*), que existe até hoje e foi o ponto de partida para a criação do Banco Asiático de Desenvolvimento, em 1966. No mesmo período, o Japão financiou a Conferência para o Desenvolvimento Econômico do Sudeste Asiático, que teve a participação de quase todos os países da região (exceto Myanmar). Em 1957, o Ministério de Relações Exteriores do Japão publicou a primeira edição do Livro Azul Diplomata (外交青書 *Gaikou Seisho*), uma compilação das atividades diplomáticas japonesas que é publicada anualmente até os dias atuais.

Nos anos seguintes, no mandato do Primeiro Ministro Hayato Ikeda (1960-1964), o número de publicações de documentos diplomáticos disponíveis ao público foi ainda maior. Ikeda, assim como seus predecessores, esteve fortemente engajado no objetivo de expandir os horizontes da economia japonesa e apoiar a industrialização do resto da Ásia. O Japão conseguiu restaurar suas relações econômicas com a China, desvinculando-as de questões políticas, e buscou novos acordos com o sudeste asiático, a Europa e os Estados Unidos. Em 1964, o Japão se tornou membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), adquirindo a identidade de uma nação de “economia avançada de livre-mercado” (IOKIBE, 2001). A economia japonesa crescia rapidamente e, junto com ela, a influência do país na arena internacional.

A crise petrolífera inspirou esforços extraordinários em inovação que elevaram o Japão à posição de líder mundial na área de manufaturas. (...) Os produtos eletrônicos japoneses conquistaram o mundo com sua tecnologia (...) de alta qualidade. (IOKIBE, 2001)

Eisaku Satou foi o Primeiro Ministro do Japão com o mandato mais extenso, que durou quase 8 anos (novembro de 1964-julho de 1972). Esse período se destaca pelas negociações com os Estados Unidos para a devolução de Okinawa¹² ao Japão e para a remoção de armas nucleares do local. Satou foi o primeiro líder japonês a visitar Singapura e, durante seu mandato, o Japão participou da fundação do Banco Asiático de Desenvolvimento (1966), sendo um dos maiores financiadores. (IOKIBE, 2001)

O fim dos anos 1960 e o início dos anos 1970 são considerados o período da “era de ouro” da economia do Japão, que crescia exponencialmente devido ao Bretton Woods, e foram marcados por vários eventos que refletiram nos rumos da política externa japonesa: a saída dos Estados Unidos do Vietnã, a intensificação do armamento soviético no Governo Brezhnev, os choques de Nixon de 1971, a crise petrolífera de 1973 e a invasão soviética do Afeganistão em 1979. Essas reviravoltas no equilíbrio de poder causaram um leve distanciamento entre o Japão e os Estados Unidos no governo de Kakuei Tanaka (Primeiro Ministro do Japão entre 1972 e 1974), dando mais espaço para as relações com o Oriente Médio, a China e o sudeste asiático. (IOKIBE, 2001)

Tanaka restaurou as relações diplomáticas do Japão com a China e fez visitas à União Soviética e aos países sul-asiáticos. O Japão e a ASEAN estabeleceram relações formais em 1973, a política de Tanaka sobre o sudeste asiático era composta pelos seguintes princípios: promoção da boa vizinhança, respeito pela independência dos países da região, promoção do entendimento mútuo, contribuição para o desenvolvimento econômico desses países sem perturbar sua independência econômica, e respeito pela cooperação regional entre eles (RANJAN, 2009).

Porém, a presença de Tanaka numa visita ao sudeste asiático, em 1974, foi recebida com uma série de protestos anti-japoneses organizados por estudantes indonésios em Jacarta, que logo inspiraram manifestações em outras cidades, como Bangkok, na Tailândia, que já havia boicotado produtos japoneses em 1972. Os protestos da Indonésia foram particularmente violentos, deixando 11 mortos e quase 200 feridos, e posteriormente ficaram conhecidos como o Incidente de Malari (*Malari Incident*).

Esses protestos foram uma reação à rápida expansão econômica do Japão no sudeste asiático, que poderia ameaçar comércios locais, e uma manifestação do temor de uma dominação japonesa na região através da economia. Devido ao incidente, o posterior Primeiro

¹² Okinawa é um conjunto de ilhas no extremo sul do Japão.

Ministro do Japão, Takeo Miki (1974-1976), não foi convidado para a primeira Cúpula da ASEAN em 1976.

Algumas pessoas, de forma sarcástica, rotularam o país de ‘Japão sem rosto’ ou ‘Japão Banana’, este último implicando que os japoneses não entendiam a Ásia porque eles eram amarelos por fora (aparentemente asiáticos), mas brancos por dentro (mentalmente ocidentais). Outros criticaram o fato de o Japão ser sempre representado pela Sony e pela Honda ou pelas cédulas de iene, sem nenhum contato direto com os parceiros asiáticos. (Kazuo Ogura, diplomata japonês)

Esse episódio expôs o desgaste da “diplomacia econômica” japonesa do pós-Guerra e a percepção do Japão como um agente hegemônico pela população sul-asiática.

DOUTRINA FUKUDA

O Primeiro Ministro do Japão Takeo Fukuda (no cargo entre 1976 e 1978) iniciou uma nova política regional japonesa em relação ao sudeste asiático, sem limitá-la à dimensão econômica e buscando preencher o vácuo deixado pela saída dos Estados Unidos da região, no fim da Guerra do Vietnã (SUDO, 1992). Os membros da ASEAN, por sua vez, esperavam que a aproximação com o Japão tornasse a Associação mais forte na arena internacional e que o Japão tomasse mais iniciativas conjuntas para a resolução de problemas norte-sul.

Fukuda possuía uma boa relação com vários líderes da ASEAN e, sendo um entusiasta das relações culturais para um melhor entendimento mútuo entre os países, esteve bastante envolvido na organização da Fundação Japão (*Japan Foundation*) em 1972. Assim, sua eleição foi vista de forma favorável e com boas expectativas.

Na Cúpula da ASEAN de 1977, em Manila, nas Filipinas, Fukuda anunciou os novos princípios que iriam guiar a política externa japonesa:

1. O Japão não pretende se tornar uma potência militarista novamente e vai se engajar na promoção da paz e da prosperidade do sudeste asiático;
2. O Japão vai realizar esforços para consolidar relações de confiança mútua através do diálogo sincero;
3. O Japão terá uma relação igualitária com a comunidade da ASEAN e também com as nações da ex-Indochina francesa, promovendo o desenvolvimento e a segurança da região.

Fukuda foi o primeiro líder japonês a apresentar de forma clara os objetivos da política externa japonesa num discurso, e a Doutrina foi recebida com aprovação pela ASEAN, pois convergia com seus interesses e pontos de vista. Apesar do receio da ameaça comunista, a

Associação nunca teve objetivos militaristas, pois sua estratégia para evitar a difusão do comunismo e para estabelecer a paz em seus países membros seria através da melhora da economia e, conseqüentemente, do padrão de vida de seus povos. Por isso, apesar de ampliar o escopo da política regional do Japão, a Doutrina não descartou completamente o âmbito econômico.

Ainda nesse âmbito, houve iniciativas do Japão para aumentar o fornecimento de assistência e empréstimos para o sudeste asiático, mesmo depois do término do pagamento das reparações de guerra, em 1976. Contudo, Fukuda esclareceu que não pretendia que o Japão formasse um bloco econômico exclusivo com a ASEAN, pois o país possuía diversas responsabilidades fora da Ásia por ser uma das maiores potências (HADDAD, 1980).

Como observado no terceiro princípio da Doutrina, Fukuda buscava estabelecer relações diplomáticas não apenas com a ASEAN, mas também com Laos, Camboja e Vietnã, as três nações comunistas que formavam a Indochina francesa e que na época ainda não eram membros da ASEAN. A estabilidade regional dependia fortemente da manutenção de relações normais com esses países, vistos como uma ameaça pelos membros da ASEAN por motivos ideológicos e por causa das tensões que aconteciam nas relações entre Vietnã e Camboja. Como a Constituição do Japão não permitia a mesma militarização agressiva do passado, fato que foi refletido no primeiro princípio da Doutrina, e a ASEAN também não pretendia se militarizar, era preciso formular uma nova abordagem.

Da perspectiva realista das Relações Internacionais, baseada em conceitos como equilíbrio de poder, hierarquia de poder e interesse nacional, as normas da Doutrina Fukuda podem ser vistas como genéricas ou ingênuas, dado a disparidade econômica e de poder entre o Japão e as nações sul-asiáticas (CONSTANTINO, 1978), ou mesmo como uma estratégia do próprio Japão para buscar seus interesses nacionais no contexto da Guerra Fria (LAM, 2013). Porém, a Doutrina Fukuda não “desapareceu” após o fim da Guerra Fria e o surgimento de novos desafios para o Japão e a ASEAN, e permanece como uma base essencial (“*blueprint*”) da política regional japonesa até os dias atuais, sendo referenciada de forma positiva pela maioria dos diplomatas, jornalistas e acadêmicos asiáticos.

As décadas de 1970 e 1980 foram extremamente significativas para a solidificação das relações do Japão com a ASEAN. O Fórum ASEAN-Japão foi criado em 1977, com o objetivo de reforçar a cooperação econômica e sociocultural. No ano seguinte, o Vietnã invadiu Camboja, um episódio de uma série de conflitos que posteriormente ficaram conhecidos como a Terceira Guerra da Indochina (*Third Indochina War*, 1978-1991). Esse caso foi o ponto de

partida para o estabelecimento de uma participação mais ativa do Japão na dimensão política e na dimensão da segurança do sudeste asiático.

4 - ASEAN, JAPÃO E A PAZ REGIONAL

DOUTRINA FUKUDA NA PRÁTICA

A percepção do Japão sobre a ASEAN passou de um simples parceiro econômico para uma instituição vital na formação da estabilidade política e econômica do sudeste asiático. Assim, as interações econômicas buscavam não apenas beneficiar o Japão, mas também beneficiar seus parceiros.

Além dos acordos econômicos, o sudeste asiático recebeu a maior porcentagem (30%) do auxílio ao desenvolvimento (ODA) do Japão na OCDE, e também recebeu investimentos japoneses diretos. Em 1977, o Fundo Cultural da ASEAN (*ASEAN Cultural Fund*) foi criado para promover o intercâmbio cultural e estudantil no bloco, e entre o bloco e outros países. Nos anos seguintes, várias iniciativas conjuntas Japão-ASEAN foram criadas, como fundos de intercâmbio e fundos de pesquisa acadêmica. O Japão também forneceu mais de 60 milhões de dólares para programas de assistência à Indochina (composta por Laos, Vietnã e Camboja), após a Guerra do Vietnã.

No entanto, a recusa em se tornar um poder militar não significou que o Japão negligenciou questões de segurança militar no sudeste asiático. A própria ASEAN se tornou mais inclinada a aceitar a participação do Japão nessas questões, especialmente devido à ameaça vietnamita.

A PAZ DE CAMBOJA

Em dezembro de 1978, tropas vietnamitas invadiram Camboja. Essas tropas eram apoiadas pela União Soviética e por grupos comunistas cambojanos que, por sua vez, eram apoiados pelo político cambojano Heng Samrin. Em janeiro de 1979, Phnom Penh, a capital de Camboja, foi tomada e o Khmer Rouge (Partido Comunista da Kampuchea), que estava no poder de Camboja desde 1975, foi retirado. O Vietnã fundou a República Popular do Kampuchea (1979-1989) e instalou diversos políticos comunistas e pró-Vietnã, entre eles o próprio Heng Samrin, que se tornou o presidente e permaneceu no cargo até 1992.

O Khmer Rouge se transferiu e se estabeleceu na região noroeste de Camboja, na fronteira com a Tailândia, e iniciou campanhas de guerrilha. Outras manifestações de resistência contra a invasão vietnamita foram iniciadas por grupos liderados por Son Sann (político cambojano anti-comunista) e o príncipe cambojano Sihanouk. O conflito se deu

através de ofensivas vietnamitas durante a estação seca e ataques dos grupos de resistência durante a estação das chuvas, mas nenhuma parte estava conseguindo uma vitória definitiva sobre a outra. (PRESSELLO, 2014)

Praticamente toda a comunidade internacional, incluindo Estados Unidos e China, reprovou a invasão. O Japão se alinhou à ASEAN e aos países ocidentais, pausou sua assistência ao Vietnã em abril de 1979 e não reconheceu o governo de Heng Samrin, porém, trabalhou para mediar o diálogo entre a ASEAN e o Vietnã e levou algumas propostas para a solução pacífica do conflito.

Em 1980, o Ministro das Relações Exteriores japonês Okita Saburo propôs a criação de uma zona desmilitarizada na fronteira Camboja-Tailândia que permitisse o envio de assistência para os refugiados. No ano seguinte, o Ministro das Relações Exteriores japonês Sonoda Sunao reiterou essa proposta e também sugeriu a criação de campos de refugiados em Camboja. Simultaneamente, o Vietnã passava por dificuldades econômicas e estava insatisfeito com o apoio da União Soviética. Isso levou o Japão a manter relações com o Vietnã através de interações diplomáticas, assistência humanitária e acordos bilaterais não oficiais (PRESSELLO, 2014), contrastando com a postura dos Estados Unidos e da China, que pretendiam isolar o Vietnã política e economicamente.

A postura combativa dos Estados Unidos pode ser explicada por dois fatores: a Guerra do Vietnã havia terminado há poucos anos e seus efeitos ainda atingiam os Estados Unidos, e a União Soviética mantinha relações próximas com o Vietnã. Assim, os Estados Unidos trataram o problema de Camboja como um conflito relacionado à Guerra Fria.

O Japão seguiu uma linha diplomática dupla: enquanto oficialmente manteve a crítica à União Soviética e ao Vietnã, (...) se esforçou para manter uma ligação diplomática com os vietnamitas para influenciar suas ações em Camboja (...) (PRESSELLO, 2014)

Além disso, o Japão também forneceu assistência à Tailândia, diretamente afetada pela crise no Camboja, para garantir a estabilidade do país e, desde 1979, contribuiu com quase metade do orçamento do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR), para auxiliar os refugiados da Indochina.

Eu não acredito que o poder militar é a única solução para a paz e a estabilidade. É necessário que o país prospere economicamente para melhorar os padrões de vida do povo e estabilizar a sociedade. Isso vai reduzir as sementes do conflito social e a possibilidade de invasão ou agitações domésticas. (Primeiro Ministro do Japão Zenkō Suzuki, 1981)

Embora o Japão não tenha aceitado fornecer equipamento e pessoal militares para o sudeste asiático, pois violaria o Artigo 9 da Constituição japonesa, contribuiu com o envio de pessoal não-militar e com o treinamento de pessoal militar da região (KHAMCHOO, 1991). Nos anos 1980, mais de 60% dos estrangeiros na Academia de Defesa Nacional do Japão (防衛大学校 *Bouei Daigakkou*) eram originários do sudeste asiático. No mesmo período, Tsutomu Kawara, diretor geral da Agência de Defesa do Japão (hoje chamada de Ministério da Defesa), realizou a primeira visita de um ministro de defesa japonês à ASEAN, considerada um marco para o início das relações de segurança Japão-ASEAN. O Japão foi legitimado como ator vital na segurança do sudeste asiático.

Na segunda metade da década de 1980, as tensões internacionais se reduziram devido aos progressos nas relações entre Estados Unidos, China e União Soviética. Isso se refletiu na mudança de postura dessas nações a respeito do Vietnã, criando condições mais favoráveis para a resolução do problema de Camboja. O Japão continuou suas relações diplomáticas com o Vietnã, também declarando apoio à reconstrução do país, e em 1989 acontece a Conferência Internacional sobre o Camboja, em Paris. Foi a primeira vez, desde o fim a Segunda Guerra Mundial, que o Japão participou de uma conferência sobre a paz. A política externa do Japão cada vez mais mudava seu foco na economia para dar espaço a questões políticas e de segurança.

Em junho de 1990, Tóquio, com o apoio da Tailândia, foi anfitriã de um encontro entre o príncipe cambojano Sihanouk, líder da resistência contra o Vietnã e apoiador do Khmer Rouge, e o Primeiro-ministro cambojano Hun Sen, que era apoiado pelo Vietnã e controlava a maior parte do território de Camboja. Ambas as partes assinaram um acordo, apesar da recusa do Khmer Rouge em reconhecê-lo e, em agosto, Hun Sen concordou com uma proposta de desarmar e desmobilizar 70% de suas tropas. Mais tarde, em 1992, o Japão liderou a organização de uma conferência internacional (*Ministerial Conference on the Rehabilitation and Reconstruction of Cambodia*), e obteve arrecadação de 880 milhões de dólares (Ikeda, 1998 apud PRESSELLO, 2014).

O Vietnã retirou-se completamente do Camboja em 1989 e, posteriormente, anunciou sua reabertura para o resto do mundo e seu projeto de reforma econômica, que foi bastante aceito pelo Japão e pela Tailândia, pois a liberalização da economia vietnamita poderia ajudar na integração regional do país. Apesar de a União Soviética ter encerrado sua assistência ao Vietnã, ainda havia a possibilidade de a China preencher esse vácuo se o Ocidente não apoiasse o país. O Japão retomou o envio de auxílio ao desenvolvimento (ODA) para o Vietnã em 1992.

Laos também dava seus primeiros passos para reformas políticas e econômicas para se inserir na comunidade internacional.

Enquanto isso, o Camboja foi ocupado pela missão de pacificação da Autoridade Provisória das Nações Unidas no Camboja (UNTAC) durante dois anos, até o Parlamento de Camboja aprovar uma nova Constituição e anunciar eleições gerais em 1993. No novo governo, Sihanouk foi coroado rei de Camboja enquanto Hun Sen e o príncipe Ranariddh ocuparam juntos o cargo de Primeiro Ministro.

A UNTAC autorizou a participação de um pequeno contingente¹³ das Forças de Autodefesa do Japão (SDF), e isso foi outro marco para a participação do Japão na segurança regional sul-asiática e na política externa japonesa como um todo. Porém, o Khmer Rouge continuou sua recusa em se retirar das regiões do Camboja que ocupava, impediu o acesso de funcionários da ONU nessas regiões e boicotou as eleições de 1993. As tentativas de diálogo do Japão e da Tailândia com o grupo não foram bem-sucedidas, mas a iniciativa diplomática foi reconhecida e elogiada em duas resoluções do Conselho de Segurança da ONU. (PRESSELLO, 2014)

A partir de 1995, a ASEAN voltou a se expandir com a entrada do Vietnã. Laos e Myanmar se tornaram membros em 1997. Enquanto isso, Camboja ainda enfrentava alguns desafios para a consolidação da paz em seu território: a recusa do Khmer Rouge em se desarmar e reconhecer o governo conjunto de Hun Sen e Ranariddh, e as rivalidades entre esses dois líderes na tomada de decisões, que levou ao golpe de Estado de 1997, liderado por Hun Sen, contra Ranariddh, que foi para o exílio em Paris. Porém, essas tensões não chegaram a desencadear uma guerra civil completa. No ano seguinte, tensões internas no Khmer Rouge levaram à sua rendição. O grupo desmantelou suas tropas e se retirou da área que controlava, na fronteira com a Tailândia. Camboja foi incorporado à ASEAN em 1999.

PÓS-GUERRA FRIA

Com o fim da Guerra Fria, em 1991, o Japão precisou reformular seu papel na arena internacional para acompanhar as novas circunstâncias, como a dissolução da União Soviética,

¹³ O contingente consistiu de menos de 2000 japoneses que participaram no transporte de suprimentos (combustível, água, alimentos e assistência médica), no monitoramento de zonas eleitorais e na reconstrução de algumas áreas, e mantinham a imparcialidade e o uso extremamente limitado de armas (apenas em caso de autodefesa), em respeito à Constituição do Japão. A restrição do Japão sobre o uso da força era considerado alto mesmo para os padrões das Nações Unidas. (TAKEDA, 1998)

a ascensão econômica da China, cuja influência aumentava na Ásia e no mundo, e a redução do envolvimento dos Estados Unidos no sudeste asiático.

Isso levou a duas grandes mudanças nas relações do Japão com o sudeste asiático. A primeira foi a maturação das relações com a ASEAN, que se tornou um parceiro de status idêntico ao dos Estados Unidos e da China. A segunda mudança foi o aumento do envolvimento do Japão nas questões regionais (*regional affairs*) do sudeste asiático. Essas iniciativas são seguidas por todos os Primeiros-ministros japoneses pós-Guerra Fria e, no geral, são bem recebidas pela ASEAN e apoiadas pela maioria da população japonesa (GUSTAFSSON et al., 2019).

Ao contrário do estereótipo de “gigante econômico passivo”, o Japão participa ativamente nas questões de segurança e nas questões humanitárias do sudeste asiático, especialmente em situações de crise. Além do processo de pacificação de Camboja, mencionado na seção anterior, o Japão foi um dos idealizadores do Fórum Regional da ASEAN (*ASEAN Regional Forum*), que trata de diálogos relacionados à segurança regional, e foi o maior contribuidor de assistência financeira na crise asiática de 1997, que afetou majoritariamente os países sul-asiáticos. Em 2002, o Japão forneceu assistência médica e financeira durante a epidemia de SARS (síndrome respiratória aguda grave) e foi anfitrião da Conferência para a Paz e Reconstrução de Aceh (*The Preparatory Conference on Peace and Reconstruction in Aceh*). Aceh é uma região da Indonésia que passava por um conflito de longa data (1976-2005) entre movimentos separatistas locais e o governo indonésio, acusado de violações aos Direitos Humanos. Aceh também recebeu assistência humanitária em 2004, após sofrer um tsunami causado por um terremoto submarino.

O conceito de segurança foi, por muito tempo, interpretado de forma rasa: como a segurança do território de agressão externa, ou como a proteção os interesses nacionais na política externa, ou como uma segurança global contra um holocausto nuclear. Foi mais relacionado aos Estados-nações do que às pessoas (...) Esquecendo que há preocupações legítimas de pessoas comuns que desejam segurança em seu cotidiano. Para muitas delas, segurança significa proteção da ameaça de doenças, fome, desemprego, crime, conflitos sociais, repressão política e problemas ambientais. (...) Muitos conflitos são dentro das nações, não entre as nações. (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1994)

A citação acima é um trecho de uma publicação¹⁴ do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que deu origem ao conceito de segurança humana (*human security*). O que define a segurança humana (*human security*) é o fato de se referir não a

¹⁴ Human Development Report, 1994.

Estados, mas sim a seres humanos, e de enfatizar a importância de outras áreas para a manutenção da segurança global, entre elas a segurança alimentar (*food security*), a segurança na saúde (*health security*) e a segurança ambiental (*environment security*). Em 2003, o Japão revisou sua política de assistência ao desenvolvimento (ODA) para adotar a segurança humana e o conceito de segurança humana foi incluído no Livro Azul Diplomata de 2004.

O CASO DE MINDANAO

Mindanao é a segunda maior ilha do arquipélago filipino, localizada ao sul. Após a queda da ditadura de Ferdinand Marcos (1972-1981) e a democratização do país, as Filipinas se dedicaram a construir a paz nacional, envolvendo atores estatais e não-estatais e também atores estrangeiros, entre eles o Banco de Desenvolvimento Asiático, o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Organização para a Cooperação Islâmica e a União Europeia.

Desde os anos 1970, a Organização para a Cooperação Islâmica (OIC) colaborava com os esforços de pacificação das Filipinas e na mediação do conflito entre o governo filipino e grupos revolucionários moros, sendo o maior deles a Frente Moro de Libertação Islâmica, que buscavam a criação de uma região autônoma nas Filipinas para a população moro. Os moros são uma minoria étnica predominantemente seguidora do islamismo, cuja maioria de sua população vive em Mindanao (FERRER, 2007). Alguns acordos entre o governo e os revolucionários foram formulados ao longo dos anos e o número de iniciativas para a pacificação da sociedade civil aumentou, mas até hoje nenhuma resolução definitiva foi alcançada.

Em 2004, o Time de Monitoramento Internacional (*International Monitoring Team*, ou IMT) foi formado para tratar da questão de Mindanao. Originalmente idealizado pela OIC, o IMT não era uma missão das Nações Unidas, mas sim um time liderado por membros da OIC: Malásia, Brunei e Líbia, e posteriormente Indonésia. Exceto a Líbia, esses líderes são nações sul-asiáticas de população majoritariamente islâmica. Essas nações enviaram tropas para as Filipinas no fim de 2004.

O Japão começou a participar do IMT em 2006 e, ao contrário das outras nações, não enviou nenhuma tropa para as Filipinas e seu foco no monitoramento dos aspectos do desenvolvimento para o processo de pacificação foi sem precedentes.

Curiosamente, o Japão está ocupando a função de ‘monitor de desenvolvimento’ num período em que a situação ainda está na fase de conflito, pois nenhum acordo final de paz foi conquistado. (FERRER, 2007)

Desde então, o IMT trabalha monitorando a implementação de acordos entre as partes em conflito e coordenando centros comunitários e agências de desenvolvimento, entre elas a Bangsamoro Development Agency. Outras atividades envolvem o monitoramento dos Direitos Humanos na região e a transferência de refugiados para outros lugares. Atualmente, o IMT é composto por Brunei, Indonésia, Japão, Líbia, Malásia, Noruega e União Europeia. A sede do IMT se localiza na cidade de Cotabato, mas o time monitora a maior parte da ilha de Mindanao. De acordo com os dados coletados pela ONG Nonviolent Peaceforce, que participou temporariamente do IMT, o número de incidentes violentos e de violações ao acordo de cessar-fogo vem diminuindo desde 2011. (GÜNDÜZ, 2016)

O COMBATE À PIRATARIA NA ÁSIA

O comércio do Japão depende quase totalmente do transporte marítimo (KANEHARA, 2013), porém, o mar não está livre de ameaças, entre elas a pirataria. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) de 1982 define a pirataria como “atos ilegais de violência, detenção e depredação para fins privados em áreas fora da jurisdição de qualquer Estado” (apud BRADFORD, 2004). Para o Japão, essa definição pode ser ampliada para incluir ataques com motivações políticas e ataques que ocorrem em mar territorial. A Agência de Defesa do Japão utiliza o termo “pirataria moderna”, que abrange “todos os atos de roubo, captura de carga e captura de vias importantes em portos, mares territoriais, zonas econômicas exclusivas e em alto mar”.

Desde a metade dos anos 1990, a segurança marítima é um tema de preocupação no Japão, principalmente no Estreito de Malaca (entre Malásia, Singapura e Indonésia), que une o Oceano Pacífico e o Oceano Índico. No sudeste asiático, apenas Singapura e Brunei (nações pequenas e os membros mais ricos da ASEAN) são capazes de proteger seus mares de forma plena. Esquemas de corrupção, que ignoram ou colaboram com os criminosos, e a geografia da região acabam facilitando a pirataria. A situação se agravou em 1997, com a crise asiática, com o pico de 259 ataques a navios no ano 2000.

No início do século 21, várias iniciativas anti-pirataria ganharam espaço na agenda regional. Em 2000, Tóquio recebe a Conferência da Antipirataria da Ásia (*Asia Anti-Piracy Challenge Conference*) e, no ano seguinte, a Cúpula da ASEAN+3 (*ASEAN Plus Three*

Summit) debateu sobre a criação de uma cooperação de segurança marítima, mas só em 2010 foi realizado o primeiro Fórum Marítimo da ASEAN (*ASEAN Maritime Forum*), um fórum exclusivo para assuntos relacionados à cooperação marítima. As motivações para essa cooperação são evidentes pelo fato de a pirataria ser um problema de natureza transnacional, e a preferência do Japão em exercer funções no âmbito internacional através do multilateralismo (BRADFORD, 2004).

Todas essas iniciativas resultaram no Acordo de Cooperação Regional no Combate à Pirataria e ao Roubo Armado contra Navios na Ásia (ReCAAP), concluído em 2004. Originalmente assinado por 16 países: Japão, Bangladesh, China, Coreia do Sul, Sri Lanka, Índia e quase todos os países da ASEAN (exceto Indonésia e Malásia). Posteriormente, outros países assinaram o acordo: Austrália, Reino Unido, Estados Unidos, Noruega, Dinamarca e Holanda.

O ReCAAP, cuja sede está em Singapura, consiste na coleta, análise e troca de informações sobre a pirataria entre os países membros. Os países, além de fornecerem assistência mútua, devem notificar o Centro de Compartilhamento de Informação do ReCAAP (ISC) sobre todos os ataques e ameaças sofridas, tomar medidas contra grupos/indivíduos envolvidos na pirataria e solicitar a extradição desses indivíduos para outro país membro. (HRIBERNIK, 2013) Todo ano, a organização publica relatórios sobre esses dados.

A cooperação no ReCAAP facilitou a comunicação e a confiança e contribuiu para o aumento da capacidade das operações antipirataria entre seus países signatários, consequentemente reduzindo a pirataria nos países membros. Em 2012, o número de ataques a navios foi 132, uma redução em relação aos 167 ataques em 2010¹⁵. No geral, a organização está sendo eficiente, mas sua atuação está limitada aos países membros. Desde 2012, a pirataria e os ataques a navios estão concentrados na Indonésia, que não é membro do ReCAAP, pois percebe a segurança marítima como uma questão doméstica, e possui um extenso mar territorial. De acordo com o ISC, o número de incidentes no mar da Indonésia passou de 19 em 2009 para 71 em 2012¹⁶. A Malásia, o outro país da ASEAN que não assinou o acordo, possui objeções sobre a localização do ISC, em Singapura, além de já possuir uma instituição sobre a pirataria em Kuala Lumpur (capital da Malásia), o IMB Piracy Reporting Centre. Porém, ao contrário da Indonésia, o número de incidentes no mar da Malásia se manteve estável, com tendência à redução¹⁷.

¹⁵ ReCAAP. Annual Report, January – December 2012.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Entre 2009 e 2012, o números anuais foram 15, 18, 17 e 12. (Idem.)

Bilateralmente, o Japão realizou doações para a manutenção das guardas costeiras da Indonésia e da Malásia. Em novembro de 2011, o Japão e a ASEAN adotaram o Plano de Ação 2011-2015 (*ASEAN-Japan Plan of Action*) que apresenta, entre outras coisas, medidas para a cooperação na segurança marítima. Essas medidas mencionam a interação entre guardas costeiras e outros agentes relacionados ao mar, compartilhamento de informações, cooperação técnica e ampliação da conectividade entre os portos da ASEAN e do Japão. Houve a proposta da criação de uma guarda costeira regional, mas a ideia foi vista como “muito delicada” para ser implementada (SON, 2015).

Embora a Guarda Costeira do Japão seja limitada pela política antimilitarista, a instituição conduziu operações e exercícios conjuntos com as nações sul-asiáticas, forneceu treinamento de pessoal e cursos sobre Direito Marítimo. Recentemente, o Japão flexibilizou a utilização de seu ODA (auxílio ao desenvolvimento) para objetivos de segurança. No ano de 2012, o Fórum Marítimo da ASEAN foi expandido (*Expanded ASEAN Maritime Forum*) para receber novos parceiros nos diálogos sobre o mar. Para Son (2015), o Japão e ASEAN ainda não alcançaram todo o seu potencial de realizar uma cooperação marítima de forma plena, pois precisam definir seus planos e objetivos de forma mais clara.

CONCLUSÕES

De modo geral, o interesse nacional de qualquer Estado poderia ser resumido em duas palavras: segurança e prosperidade (KANEHARA, 2013). A perspectiva do Japão sobre a segurança enfatiza a diplomacia e o bem-estar econômico de todas as partes envolvidas. Embora o Japão não ignore a relevância da dimensão militar no processo de consolidação da segurança, é um dos países com a menor porcentagem de gastos militares em relação ao PIB, englobando menos de 1%.

Após a Segunda Guerra Mundial e durante os primeiros anos da Guerra Fria, a política externa japonesa no sudeste asiático era praticamente uma sombra da estratégia americana na região e se limitava a acordos econômicos. Desde a apresentação da Doutrina Fukuda em 1977, a política regional japonesa foi reformulada e evoluiu para um modelo próprio, chegando a superar a política americana em algumas situações, como nas atividades relacionadas à pacificação de Camboja, em que a mediação do Japão no diálogo igualitário com todas as partes em conflito foi bastante importante e recebeu o reconhecimento da ASEAN e da comunidade internacional. Mesmo com a ascensão da China no século 21, o bloco da ASEAN continua considerando o Japão como um parceiro importante e é bem receptivo ao engajamento do Japão em questões de segurança regional. Ademais, o modelo pacifista do Japão continua sendo aprovado pela maioria da população japonesa (GUSTAFSSON et al., 2019).

Apesar das restrições constitucionais do Artigo 9, a respeito do uso da força militar na arena internacional, o Japão possui a capacidade de executar um papel positivo na promoção da paz e da segurança humana no nicho do sudeste asiático, e conseguiu bons resultados sem precisar reformular sua Constituição. Além disso, os princípios da Doutrina Fukuda foram bem-sucedidos em guiar a consolidação do Japão como um ator no âmbito regional do sudeste asiático, embora seja necessário um aprimoramento nas interações regionais para que os interesses e objetivos sejam alcançados.

O caso da cooperação Japão-ASEAN para a pacificação regional também mostra que os países são capazes de transcender traumas de guerras e colonização para construir uma relação de benefício mútuo em diversas áreas. E, conforme visto ao longo do trabalho, a pacificação em si envolve diversos ramos, além da economia, que não devem ser negligenciados.

REFERÊNCIAS

AHMAD, Abdul Razak. **The Asean Convention on Counter-Terrorism 2007**. Asia-Pacific Journal on Human Rights and Law 1 and 2, 93 (2013). Signed by ASEAN leaders on 13 January 2007 in Cebu, the Philippines.

ASEAN. **The ASEAN Declaration (Bangkok Declaration)**. Bangkok, 8 de agosto de 1967.

ASEAN. **History - The Founding of ASEAN**. Disponível em: <<https://asean.org/asean/about-asean/history/>> Acesso em 3 de janeiro de 2020.

ASEAN. **Overview**. Disponível em: <<https://asean.org/asean/about-asean/overview/>> Acesso em 10 de março de 2020.

ASEAN. **Overview of ASEAN Plus Three Cooperation**. Manila, julho de 2019.

ASEAN Foundation. **History and Mission**. Disponível em: <https://www.aseanfoundation.org/history_and_mission> Acesso em 15 de abril de 2020.

Association of Southeast Asian Nations (ASEAN). Ministry of Foreign Affairs - Brunei Darussalam. Disponível em: <[http://www.mfa.gov.bn/Pages/association-of-southeast-asian-nation-\(asean\).aspx](http://www.mfa.gov.bn/Pages/association-of-southeast-asian-nation-(asean).aspx)> Acesso em 4 de janeiro de 2020.

BLAKESLEE, George H. **The Mandates of the Pacific**. Foreign Affairs, vol. 1, no. 1, 1922, pp. 98–115.

BRADFORD, John F. **Japanese Anti-Piracy Initiatives in Southeast Asia: Policy Formulation and the Coastal State Responses**. Contemporary Southeast Asia, vol. 26, no. 3, 2004.

BUSZYNSKI, Leszek. **SEATO: Why it survived until 1977 and why it was abolished**. Journal of Southeast Asian Studies 12.2 (1981): 287-296.

CONSTANTINO, Renato. **Japan-ASEAN: A critical view**. Journal of Contemporary Asia 8.4 (1978).

EMMERS, Ralf. **The Five Power Defence Arrangements and The Regional Security Architecture**. Edited by Bhubhindar Singh and See Seng Tan, S. Rajaratnam School of International Studies, 2011, pp. 42–53.

FERRER, Miriam Coronel. **The Mindanao Peace Process and the Challenges to Japan Peacebuilding Assistance**. HiPeC (Hiroshima University Partnership for Peacebuilding and Social Capacity) International Peace Building Conference. 2007.

GALLEN LLLORIA, Guillermo; López i VIDAL, Lluç, dir. **La transformació de la política exterior i de seguretat del Japó (1946-2015). De la renúncia al dret a la guerra a l'exercici de l'autodefensa col·lectiva**. 2017. (842 Estudis d'Àsia Oriental)

GOH, Gillian. **The 'ASEAN Way'**. Pacific Review 13.3 (2000): 439.

GUNARATNA, Rohan. **ASEAN's Greatest Counter-Terrorism Challenge: The Shift from "Need to Know" to Smart to Share**. in. Combatting Violent Extremism and Terrorism in Asia and Europe. Regional Programme Political Dialogue Asia/Singapore, 2018.

GÜNDÜZ, Canan, and Raul Torralba. **Evaluation of the Nonviolent Peaceforce Project with the Civilian Protection Component of the International Monitoring Team in Mindanao, Philippines**. 2016.

GUSTAFSSON, Karl. HAGSTRÖM, Linus. HANSEN, Ulv. **Long live pacifism! Narrative power and Japan's pacifist model**, Cambridge Review of International Affairs, 2019.

HADDAD, William W. **Japan, the Fukuda Doctrine, and ASEAN**. Contemporary Southeast Asia, vol. 2, no. 1. Junho de 1980.

HAMMER, Joshua. **Yokohama Burning: The Deadly 1923 Earthquake and Fire that Helped Forge the Path to World War II**. Simon and Schuster, 2006.

HELL, Stefan. **Siam and the League of Nations: modernisation, sovereignty and multilateral diplomacy, 1920-1940**. River Books, 2010.

HERRERA, Dana R. **The Philippines: An Overview of the Colonial Era.** Education About Asia 20.1 (2015).

HOWE, Brendan and PARK, Min Joung, 2017. **The evolution of the “ASEAN Way”: Embracing human security perspectives.** Asia-Pacific Social Science Review, 16(3), pp.1-15.

HRIBERNIK, Miha. **Countering Maritime Piracy and Robbery in Southeast Asia: The Role of the ReCAAP Agreement.** EIAS Briefing Paper 2013/2 (2013).

IOKIBE, Makoto. **Fifty Years of Japanese Diplomacy.** Japan’s Diplomacy Series, Japan Digital Library, 2001.

IRIYE, Akira. **Pearl Harbor and the coming of the Pacific War: a Brief History with Documents and Essays.** Boston : Bedford/St. Martin's, 1999.

JAMESON, Antony. **A Short History of South East Asia,** Stanford University, 197-.

JANSEN, Marius B.; MYERS, Ramon H.; PEATTIE, Mark R. **The Japanese colonial empire, 1895-1945.** (1984): 61

JESUS JÚNIOR, Helvécio; SALOMON, Mónica. **Rumo ao “Estado Normal”: A Política de Defesa do Japão desde o Fim da Guerra Fria.** Rio de Janeiro, 2005. 136 p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Janeiro.

JO, Yung-Hwan. **Regional Cooperation in Southeast Asia and Japan's Role.** The Journal of Politics, vol. 30, no. 3. Agosto de 1968.

KANEHARA, Nobukatsu. **Japan's Grand Strategy: State, National Interests and Values,** 2013.

KAZUHIRO, Takii. **The Meiji Constitution: The Japanese Experience of the West and the Shaping of the Modern State**. Dîvân: Disiplinlerarası Çalışmalar Dergisi 25 (2007).

KEMMER, Teresa et. al. **US Army dietitians deploy in support of Cobra Gold: a humanitarian mission**. Military medicine 164.7 (1999): 488-494.

KHAMCHOO, Chaiwat. **Japan's Role in Southeast Asian Security: "Plus ça change..."**. Pacific Affairs, vol. 64, no. 1. 1991

KHOMAN, Thanat. **ASEAN Conception and Evolution**. The ASEAN Reader, Institute of Southeast Asian Studies, Singapore, 1992.

KITAOKA, Shinichi. **Diplomacy and the Military in Showa Japan**. Daedalus, vol. 119, no. 3, 1990, pp. 155–176.

KOSAKA, Masataka. **The Showa Era (1926-1989)**. Daedalus, vol. 119, no. 3, 1990, pp. 27–47.

LAKSMANA, Evan A. **Defence Diplomacy in Southeast Asia: Trends, Prospects and Challenges**. Edited by Bhubhindar Singh and See Seng Tan, S. Rajaratnam School of International Studies, 2011, pp. 71–89.

LAM, Peng-er. **Japan's Human Security Role in Southeast Asia**. Contemporary Southeast Asia, vol. 28, no. 1. Abril de 2006.

LAM, Peng-er. **Japan's Postwar Reconciliation with Southeast Asia**. Asian Journal of Peacebuilding, 2015.

LAM, Peng-er. **Japan's Relations with Southeast Asia: The Fukuda Doctrine and Beyond**. ed. London and New York: Routledge, 2013.

LIVINGSTONE, Frances. **Withdrawal from the United Nations: Indonesia**. The International and Comparative Law Quarterly, vol. 14, no. 2, 1965, pp. 637–646.

MIGUEL, Emilio de. **Japan and Southeast Asia: From the Fukuda Doctrine to Abe's Five Principles**. UNISCI Discussion Papers, N° 32, maio de 2013.

MITCHELL, Richard H. **Japan's Peace Preservation Law of 1925: Its origins and significance**. Monumenta Nipponica (1973): 317-345.

MURDOCH, John B. **The 1901-1902 'Holy Man's' Rebellion**. Sciences 5 (1967): 78-86

NEDVED, Doris J. **Cobra Gold: medical information operations**. Proceedings Pacific Medical Technology Symposium-PACMEDTek. Transcending Time, Distance and Structural Barriers (Cat. No. 98EX211). IEEE, 1998.

NISH, Ian. **The Anglo-Japanese Alliance: The Diplomacy of Two Island Empires 1984-1907**. A&C Black, 2013.

NORMAN, E. Herbert. **Japan's emergence as a modern state: political and economic problems of the Meiji period**. UBC Press, 2000.

NUSSBAUM, Louis-Frédéric; ROTH, Käthe. **Japan encyclopedia**. Cambridge: Harvard University (2005).

OGURA, Kazuo. **Japan's cultural diplomacy, past and present**. Peace and Culture, 2009.

OWEN, Norman G. **The Emergence Of Modern Southeast Asia: A New History**. University of Hawaii Press, 2005.

PAINE, Sarah C. M. **The Sino-Japanese War of 1894-1895: perceptions, power, and primacy**. Cambridge University Press, 2005.

PRESSELLO, Andrea. **Japanese diplomacy during the Cambodian peace process and Japan's post-Cold War role in Southeast Asia: the legacy of the Fukuda Doctrine, 1989–1993**. Japan Forum. v. 26, 1. ed. 2014

RANJAN, Vikash. **Asean-Japan Relations: 1991-2004**, 2009.

ReCAAP. Annual Report, January – December 2012.

REED, Ryan; SADLER, Arthur L. **Tokugawa Loyalism: Boshin War**. Japan at War: An Encyclopedia: An Encyclopedia (2013): 438.

SCHLICHTMANN, Klaus. **Japan in the World: Shidehara Kijuro, Pacifism, and the Abolition of War**. Vol. 2. Lexington Books, 2009.

SCULLY, William L.; TRAGER, Frank N. **Burma 1978: The thirtieth year of independence**. Asian Survey 19.2 (1979): 147-156.

Secretariat, A.S.E.A.N. **About ASEAN**. European Journal of Social Theory 427 (2016): 447.

SEVERINO, Rodolfo C. **The ASEAN Way and The Rule of Law**. University of Malaya, Kuala Lumpur, 3 de setembro de 2001.

SHIMIZU, Hajime. **Nanshin-ron: Its turning point in World War I**. The developing economies 25-4 (1987): 386-402.

SHIRAISHI, Masaya. **Japan toward the Indochina sub-region**. Journal of Asia-Pacific Studies (Waseda University), 2009.

SHŪICHI, Kato. Taishō Democracy as the Pre-Stage for Japanese Militarism. In: LARGE, Stephen S., ed. Shōwa Japan: 1926-1941. Vol. 1. Taylor & Francis, 1998.

SINGH, Bhubhindar, and See Seng Tan, editors. **Introduction: Defence Diplomacy and Southeast Asia**. S. Rajaratnam School of International Studies, 2011.

SINGH, Bhubhindar. **Japan-ASEAN Relations: Challenges, Impact and Strategic Options**. ASEAN at 50: A Look at Its External Relations, 2017.

SINGH, Bhubhindar. **The Evolution of Japan's Security Role in Southeast Asia**. The Round Table, vol. 99 no. 409, 2010.

SUGITA, Yoneyuki. **The Yoshida Doctrine as a Myth**. The Japanese Journal of American Studies, No. 27, 2016.

SON, Nguyen Hung. **ASEAN-Japan strategic partnership in Southeast Asia: Maritime security and cooperation**. Beyond, 2015.

STORRY, Richard. **Japan and the Decline of the West in Asia, 1894-1943**. Macmillan, 1979.

SUDO, Sueo. **Evolution of ASEAN-Japan Relations**. Southeast Asia Background Series No. 6, 2005.

SUDO, Sueo. **The Fukuda Doctrine and ASEAN: New Dimensions in Japanese Foreign Policy**. Institute of Southeast Asian Studies, 1992.

TANG, John P. **Fukoku kyohei: evaluating the impact of public investment in Meiji Japan, 1868-1912**. Australian National University, 2011.

TARLING, Nicholas, ed. **The Cambridge History of Southeast Asia: Volume 1, From Early Times to C. 1800**. Vol. 1. Cambridge University Press, 1992.

TAKEDA, Yasuhiro. **Japan's Role in the Cambodian Peace Process - Diplomacy, Manpower and Finance**. Asian Survey, vol. 38, no. 6. Junho de 1998.

UMEDA, Sayuri. **Japan: Article 9 of the Constitution**. The Law Library of Congress, 2006.

United Nations Development Program. **Human Development Report**, 1994.

Yasuka. **The Sakoku Years of Japan**. KCP International. Disponível em: <<https://www.kcpinternational.com/2014/10/the-sakoku-years-of-japan/>> Acesso em 02 de novembro de 2019.